

MONITOR

NOVEMBRO 2022



REPÓRTER
BRASIL

CONEXÕES INFAMES

A relação entre
o sistema financeiro francês
e o desmatamento no Brasil

MONITOR #19

EXPEDIENTE Novembro 2022

SUPERVISÃO

André Campos

COORDENAÇÃO

Fernanda Sucupira, Marília Ramos

PESQUISA

Naira Hofmeister, Gil Alessi, Isabel Harari

TEXTO

Naira Hofmeister, Marília Ramos

COLABORAÇÃO

Anahita Yousefi (Harvest), Brice Böhmer (Transparency International), Jean-Philippe Foegle (Sherpa), Théa Bounfour (Sherpa)

TRADUÇÃO

Roberto Cataldo

FOTOS

Bruno Kelly - Greenpeace (capa, pág. 8, 28)
Divulgação - Ibama (pág.5)
Piero Locatelli - Repórter Brasil (pág. 7)
Vinícius Mendonça - Ibama (pág. 9)
Victor Moriyama - Greenpeace (pág. 13, 27)
Daniel Beltra - Greenpeace (pág. 17)
Christiano Antonucci - Secom-MT (pág. 29)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Débora De Maio | Estúdio AVOA

Monitor é um boletim da **Repórter Brasil** que divulga estudos sobre cadeias produtivas

Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 International.

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Victória Perino Rosa

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605 - São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010

CONTATOS

✉ contato@reporterbrasil.org.br

f **ONGReporterBrasil**

t **@reporterb**

(55 11) **2506-6570**

(55 11) **2506-6562**

(55 11) **2506-6576**

(55 11) **2506-6574**



Realização



Apoio



Colaboração



SUMÁRIO

04

Sumário executivo

05

Desmatamento e cadeias globais de fornecimento

9

O setor financeiro e a expansão da agricultura de commodities no Brasil

10 Conexões com o desmatamento

11 Medidas e iniciativas de prestação de contas

13

Leis de devida diligência e outras propostas regulatórias na Europa

13 A legislação francesa
Loi sur le Devoir de Vigilance

15 Propostas de devida diligência nos estados membros e em nível de UE

16 Proposta da UE para regulamentação sobre produtos livres de desmatamento

17

Estudos de caso

17 BNP Paribas e o setor de pecuária de corte

20 Financiamento da Marfrig

21 Pagamento por serviços financeiros

22 Consultor de Sustentabilidade

24 Financiamento da Bunge

28

Fracassos e soluções

30

Anexo: Íntegra dos esclarecimentos

31 BNP Paribas

33 Crédit Agricole

34 Société Generale

35 Bunge

36 Marfrig

41 JBS

42 Minerva

44

Notas

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Amazônia é um dos principais sumidouros de carbono do planeta e, com os efeitos da crise climática cada vez mais visíveis, a preservação da floresta passou a ser uma preocupação da humanidade como um todo. No entanto, nas últimas décadas, as árvores foram substituídas por pecuária, soja e grãos em geral, o que não cessou nem depois que as *tradings* de grãos e os frigoríficos assinaram acordos de desmatamento zero e desenvolveram sistemas de rastreabilidade de matérias-primas, como mostraram reportagens e relatórios de organizações da sociedade civil.

Mesmo assim, o agronegócio tem recebido recursos de instituições financeiras que se comprometeram a conceder crédito ou investir com base nas melhores práticas sociais, ambientais e de governança.

Este relatório apresenta dados sobre investimentos de bancos franceses em empresas brasileiras do agronegócio com histórico comprovado de desmatamento em suas cadeias de fornecimento. Detalhamos a relação entre o BNP Paribas, o maior banco da Europa, e frigoríficos brasileiros, em especial a Marfrig, bem como o envolvimento de quatro grandes bancos franceses em uma operação de crédito para a Bunge. As transações foram feitas em momentos em que as empresas estavam no centro das atenções por alegações de que seus fornecedores haviam causado desmatamento.

A opção pelo foco em instituições financeiras da França se deveu à legislação do país sobre devida diligência. Aprovada em 2017, a lei determina que as empresas realizem avaliações sobre o risco que suas operações representam para o meio ambiente, entre outras questões. É uma lei pioneira que está sendo copiada por outros países europeus e até inspirou um novo regulamento proposto pela Comissão Europeia e recentemente aceito pelo parlamento, que exige que empresas, incluindo bancos, realizem devida diligência em suas atividades para garantir que não estejam promovendo desmatamento em outros países.

Uma demonstração da relevância do debate levantado nas páginas a seguir é que, poucos dias antes da conclusão deste texto, um grupo de entidades brasileiras e francesas processou formalmente o BNP Paribas por suas contribuições financeiras aos frigoríficos.

O levantamento descrito nas páginas a seguir mostra que, embora o banco afirme que “em 2021, reforçou sua contribuição para o combate ao desmatamento na Amazônia”, esse foi justamente o ano com os maiores volumes de investimento nos três grandes frigoríficos brasileiros, cujas atividades colocam em risco mais de 6 mil hectares, segundo estudo do Imazon.



DESMATAMENTO E CADEIAS GLOBAIS DE FORNECIMENTO

Nos últimos anos, foram frequentes as notícias sobre o aumento do desmatamento no Brasil. Os índices voltaram a crescer rapidamente, quebrando sucessivos recordes, ao mesmo tempo em que frear essa devastação se tornou uma prioridade da humanidade para evitar o colapso climático, cujos efeitos podem ser irreversíveis,¹ segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

A Floresta Amazônica é uma importante reguladora da temperatura global devido à sua imensa capacidade de absorver carbono e distribuir umidade através dos chamados “rios voadores”.² No entanto, a savana e os campos do Cerrado também dão contribuições importantes ao captar água por meio de suas “florestas invertidas”, ou seja, as raízes profundas das árvores da região que alimentam o fluxo dos rios, mesmo durante a estação seca.³ Ambos os biomas estão desaparecendo sob os cascos do gado ou sendo substituídos por plantações de

soja⁴ e milho,⁵ que, por sua vez, costumam ser usados para alimentação animal.⁶

Os índices de desmatamento na Amazônia estão em seu nível mais alto em 15 anos.⁷ Quanto ao Cerrado, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) também aponta um aumento entre 2020 e 2021,⁸ concentrado principalmente nos estados que compõem a região conhecida como MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, a nova fronteira agrícola brasileira. Em 2018, um relatório divulgado pela plataforma Trase mostrou que os índices de desmatamento eram particularmente alarmantes nessa região.⁹

O ano de 2022 registrou um número recorde de incêndios tanto no Cerrado¹⁰ quanto na Amazônia,¹¹ onde agosto, que marca o pico da temporada de incêndios, foi o pior mês em 12 anos.¹²

A criação de pastagens ainda é um dos principais fatores que impulsionam o desmatamento na

Amazônia, apesar dos esforços para estabelecer controles mais rígidos sobre a cadeia de fornecimento do gado. Em 2009, por exemplo, os maiores frigoríficos do país assinaram uma série de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) elaborados pelo Ministério Público Federal (MPF).¹³ Os acordos estipulavam que as empresas não deveriam comprar de produtores que praticassem desmatamento ilegal, em propriedades sobrepostas a unidades de conservação ou terras indígenas, ou incluídas na “lista suja” do trabalho escravo – um banco de dados com os nomes de todas as empresas e pessoas multadas por utilizar trabalho análogo à escravidão após fiscalizações do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).¹⁴

O Greenpeace também liderou uma iniciativa para reduzir o desmatamento no setor, assinando compromissos públicos para a pecuária, mas, dez anos depois, o objetivo de ter uma cadeia de fornecimento de carne bovina livre de desmatamento continua distante.¹⁵ A Amazônia Legal¹⁶ concentra 41% de todo o gado brasileiro¹⁷ e cerca de 90% da área desmatada são ocupados por pastagens.¹⁸ Além disso, mais de 97% dos alertas de desmatamento identificados pelo MapBiomas no país desde janeiro de 2019 não possuem registro de autorização ou fiscalização oficiais.¹⁹

A cadeia de fornecimento da carne bovina é muito complexa, com milhares de fornecedores espalhados por uma vasta área – fator que os três maiores frigoríficos brasileiros (JBS, Minerva e Marfrig) costumam citar para justificar por que não atingiram as metas de desmatamento zero que estabeleceram.²⁰ Mas os instrumentos para isso existem, e muitos deles são públicos,²¹ incluindo listas de embargos e mapas de áreas protegidas.

Lançadas pela primeira vez em 2009, as metas de desmatamento zero não foram cumpridas até o momento. Em 2019, os três gigantes da carne renovaram suas promessas, mas os sistemas de monitoramento das empresas não contemplam fornecedores de todos os níveis, em especial, não contabilizam adequadamente os fornecedores indiretos, que são os grandes responsáveis pelo desmatamento ilegal. Além disso, baseiam-se em documentos que podem ser falsificados e dependem do envio voluntário de informações pelos produtores.²²

Vale destacar também que, embora afirmem cumprir integralmente os TACs em todas as suas unidades,²³ Minerva e Marfrig não firmaram formalmente esses acordos em todos os estados que compõem a Amazônia Legal.²⁴

Uma das prováveis razões para a contínua invasão da Amazônia pelo gado é a substituição de pastagens por cultivos agrícolas no Cerrado. Uma investigação sobre uma área de 300 hectares onde houve vários focos de incêndio durante o chamado Dia do Fogo constatou que, dois anos depois, a propriedade está sendo usada para plantar soja.²⁵

O cenário favorável à exportação de soja foi um fator de pressão para o aumento da produção. Segundo pesquisa publicada em *Our World in Data*,²⁶ a produção aumentou 680% e as terras usadas triplicaram desde 1980. E a expansão continua e é cada vez mais perceptível, apesar de alguns estudos mostrarem que a produção poderia triplicar usando terras já desmatadas no Cerrado.²⁷ Embora essa demanda possa ser atendida, aumentando a produtividade, os agricultores não adotam, por vários motivos, as melhores práticas existentes. Por isso, a área plantada com soja continua crescendo a cada ano.

O processo de monocultura empurra o plantio para outras áreas e pressiona a preservação dos biomas brasileiros. Estimativas indicam que a produção de grãos foi responsável pela destruição de quase 50% da cobertura original do Cerrado.²⁸ No Mato Grosso, um estudo realizado pelo Stockholm Environment Institute e a organização Global Canopy, em parceria com o Imaflora e o Instituto Centro de Vida (ICV),²⁹ constatou que, entre 2012 e 2017, 1,4 milhão de hectares foram desmatados em fazendas registradas. Desses, 27% aconteceram em fazendas que estavam cultivando soja em 2017 e 95% foram ilegais.³⁰

A Moratória da Soja – um acordo para boicotar a compra de soja plantada em áreas desmatadas após 2008 no bioma amazônico – resultou em muitos avanços, mas ainda apresenta diversos problemas na cadeia de fornecimento. Há casos de descumprimento por parte de empresas do setor³¹ e esquemas para “lavar” o grão plantado ilegalmente.³² Além disso, o acordo se restringe à Amazônia, enquanto as propostas para estendê-lo ao Cerrado, que impediriam a conversão direta de 3,6 milhões de hectares de vegetação nativa se tivessem sido implementadas até 2020³³ enfrentaram resistência do setor privado e da bancada ruralista.

Tem havido alguma pressão para que os setores da carne e da soja ajustem seus padrões de produção às novas demandas ambientais de investidores e compradores. Ao mesmo tempo, o cenário internacional tornou mais lucrativas as exportações desses produtos, pressionando a produção nacional. Ou seja, devido ao aumento da demanda, a soja gera mais lucros para os agricultores do que outras culturas. Enquanto isso, o cenário político no Brasil prejudicou as políticas ambientais³⁴ e as instituições



Criação de gado em uma área embargada pelo Ibama

responsáveis por monitorar e fiscalizar as infrações socioambientais, o que oferece condições excelentes para se expandir a produção sem levar em conta a proteção ambiental.

A corrupção também alimenta a extração ilegal de madeira e o desmatamento, de várias maneiras:³⁵ desde a grilagem de terras e seu posterior desmatamento até a lavagem da madeira ilegal por meio de empresas de fachada. O desmatamento no Brasil está intimamente relacionado à grilagem, pois pecuaristas e produtores de soja mal-intencionados e madeireiros ilegais desmatam terras públicas e reivindicam indevidamente a propriedade sobre elas para desenvolver atividades ilegais. Para tanto, as fraudes em cadastros fundiários e registros digitais são generalizadas³⁶ no Brasil e podem ser facilitadas por advogados, tabeliães,

juízes e outros servidores públicos corruptos. Pecuaristas e produtores de soja ilegais podem sequestrar programas de regularização fundiária fingindo ser pequenos produtores rurais informais por meio de várias declarações e documentos falsos usados para receber um título de propriedade sobre terras públicas.

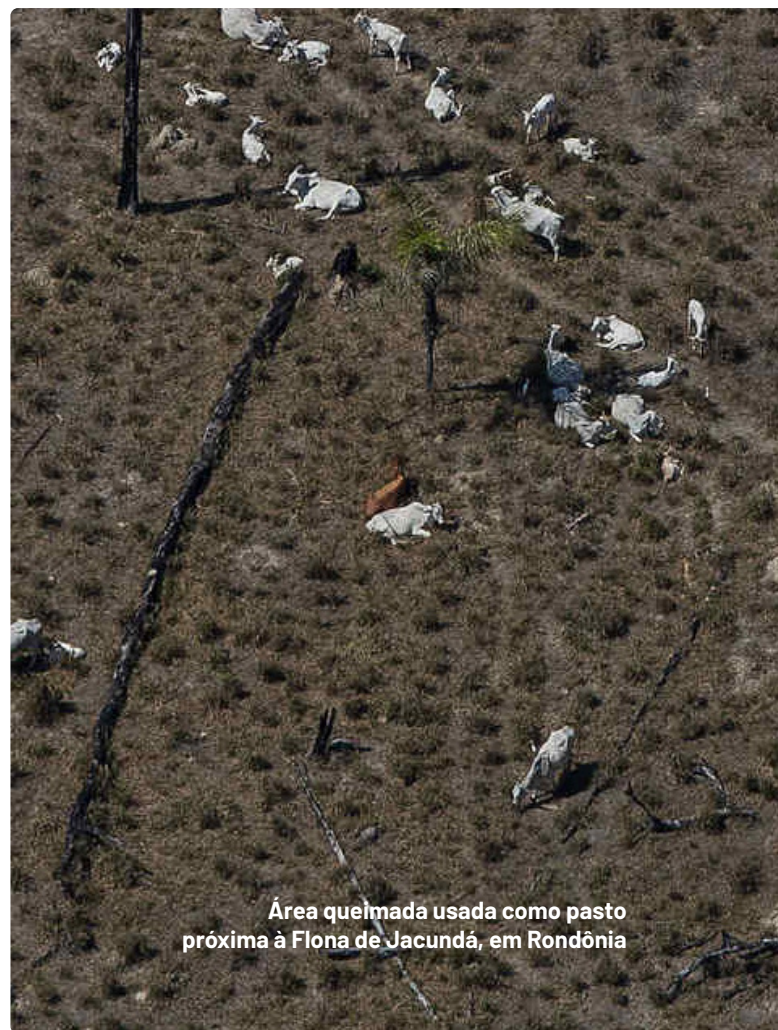
Grileiros e criminosos ambientais também podem subornar policiais para ter acesso a informações sobre futuras inspeções ambientais e garantir que as autoridades públicas façam vista grossa para atividades ilegais. Madeireiros ilegais e grileiros geralmente têm conexões com políticos locais e nacionais, e podem usar sua influência para manipular a formulação e a implementação de políticas fundiárias e florestais, com o objetivo de garantir impunidade para seus crimes ambientais.

Por fim, as principais empresas brasileiras têm dezenas de subsidiárias em paraísos fiscais.³⁷ Encontrar maneiras de pagar menos impostos não é necessariamente ilegal, mas a evasão fiscal é mais do que questionável. O uso de empresas de fachada é problemático por si só, pois elas costumam servir para movimentar os lucros de atividades ilegais.

Em depoimento às autoridades brasileiras, o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, disse que abriu uma conta no exterior para fazer depósitos voltados a pagar propina a políticos a partir de 2009.³⁸ Assim como a JBS usou a corrupção para obter vantagens de políticos, a Marfrig foi condenada por pagar os salários de servidores públicos que deveriam fiscalizar sua fábrica em um município do Mato Grosso.³⁹

Os mesmos atores financeiros e comerciais que se comprometem a trabalhar por uma

cadeia de fornecimento livre de desmatamento não monitoram adequadamente os setores produtivos e não pressionam por transparência em relação a fornecedores. Além disso, alguns continuam prestando diversos serviços financeiros a essas empresas, resultando em uma mensagem que não está de acordo com suas ações. Este relatório pretende compreender os tipos de relações que existem entre esses dois setores – financeiro e produtivo – com base em alguns estudos de caso, e refletir sobre as lacunas existentes, bem como sobre oportunidades e possíveis soluções para o problema.



Área queimada usada como pasto próxima à Flona de Jacundá, em Rondônia



O SETOR FINANCEIRO E A EXPANSÃO DA AGRICULTURA DE COMMODITIES NO BRASIL

Segundo o Banco Mundial,⁴⁰ o agronegócio respondeu por 4% do produto interno bruto global em 2018, totalizando 3,4 trilhões de dólares.⁴¹ Em alguns países em desenvolvimento, o setor pode responder por até 25% do PIB, o que mostra sua relevância para a economia e o desenvolvimento, principalmente nos países mais pobres.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA-Esalq),⁴² a participação do agronegócio (incluindo indústria, serviços, insumos e atividades agropecuárias) no PIB brasileiro vem crescendo nos últimos anos. Em uma década (2012-2021), passou de 19,1% para 27,6%. Mas essa participação já foi maior no passado, chegando a 34,8% em 1996, primeiro ano da série histórica. Análises mais recentes com métodos diferentes, no entanto, revelam que a contribuição desse setor à economia nacional pode ser mais modesta.⁴³

As particularidades do agronegócio, incluindo a necessidade de lidar regularmente com fatores de instabilidade, como volatilidade de safras, oscilação de preços das commodities no mercado global, e despesas com logística e infraestrutura, tornaram o financiamento bancário uma âncora importante para o crescimento dos negócios.⁴⁴

Isso vale tanto para pequenos e médios produtores, que costumam usar crédito subsidiado do Banco do Brasil e do BNDES, quanto para os gigantes do setor, que conseguem captar recursos de grandes bancos privados na Europa, na Ásia e na América do Norte para expandir suas operações e aumentar a produtividade.

No Brasil, o BNDES é um importante financiador do agronegócio, e detém, inclusive, grandes quantidades de ações em empresas como a JBS.⁴⁵ Mas outros bancos globais de desenvolvimento também voltaram suas atenções ao negócio de carnes no Brasil por meio de acordos que

incentivam melhorias nas políticas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG, na sigla em inglês), as quais os financiadores têm levado cada vez mais em consideração ao avaliar empresas para investir, em vez de observar apenas a lucratividade de curto prazo.⁴⁶

O Banco Mundial financiou a expansão do frigorífico Minerva,⁴⁷ embora os resultados em termos de sustentabilidade e direitos trabalhistas sejam questionados por especialistas. Enquanto isso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento abandonou um contrato de empréstimo com a Marfrig sob pressão de organismos internacionais.⁴⁸ De acordo com uma nota enviada à **Repórter Brasil**, o banco realizou devida diligência aprofundada do plano Verde+ da Marfrig e chegou a um acordo mútuo [com a empresa] de que as condições não eram ideais para avançar com o empréstimo.⁴⁹ A Marfrig nega essa informação e afirma que a decisão foi tomada “em função de um desacordo entre as partes sobre as condições financeiras propostas e o parâmetro utilizado para a medição de emissões de gases do efeito estufa no escopo 3”. A resposta completa da empresa está publicada no final deste relatório.

Os bancos comerciais também apoiam o agronegócio por meio de múltiplas modalidades de financiamento. O empréstimo direto e o crédito rotativo (quando os bancos abrem uma linha de crédito que pode ser utilizada de acordo com a necessidade do cliente) são os mais tradicionais, e ambos envolvem contratos que incluem juros a ser pagos pelo cliente ao final do prazo, que geralmente é curto, entre um e dois anos. São instrumentos comuns quando o objetivo é custear despesas operacionais mais imediatas,⁵⁰ mas também podem ser usados para ampliar o complexo produtivo.

Outros mecanismos financeiros são muito mais complexos. É o caso dos títulos, em que a empresa se capitaliza com a ajuda de um banco ou de um grupo de bancos que podem desempenhar diferentes papéis, como detentor (*bond holder*) ou emissor (*bond issuer*), e a instituição estruturará a oferta de títulos. Na prática, cada emissão de títulos acaba funcionando como um empréstimo⁵¹ porque o banco atua como comprador inicial e, “caso o banco de investimentos não consiga vender todos os títulos que subscreveu, acabará sendo dono deles”, segundo a metodologia da Forests & Finance.

A compra de ações de empresas do agronegócio é outra forma de as instituições financeiras ajudarem a injetar recursos no fluxo de caixa. Algumas são grandes acionistas de empresas agropecuárias. Por exemplo, em outubro de 2022, o fundo de pensão holandês Algemeen Burgerlijk Pensioenfonds (ABP) detinha 18 milhões de dólares em ações da Marfrig, a BlackRock tinha 12 milhões e o Vanguard Group, 11 milhões, segundo a Forests & Finance.⁵² Essas empresas também podem oferecer ações nos mercados internacionais e nas principais bolsas de valores da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos, o que amplia o leque de acionistas potenciais.

Conexões com o desmatamento

O problema é que, embora sejam atrativos para o mercado financeiro, os empreendimentos agrícolas podem estar associados a um alto risco de desmatamento. De acordo com o Observatório do Clima, a derrubada de mata nativa foi o principal fator de emissão de gases de efeito estufa em 2020, respondendo por 46% do total de GEEs emitidos na atmosfera do país. A agropecuária (muitas vezes nessa área desmatada) é o

segundo maior emissor, contribuindo com 27% das emissões nacionais, enquanto a pecuária de corte responde por quase dois terços.⁵³

Desde o Acordo de Paris, vem se formando um consenso: não conseguiremos conter as mudanças climáticas⁵⁴ se o setor financeiro não alinhar seus investimentos, sua liderança e outros serviços financeiros às metas climáticas globais.⁵⁵

É por isso que setores como a mineração de carvão têm estado cada vez mais sujeitos a desinvestimento por parte de investidores preocupados com as mudanças climáticas, pelo menos em público.⁵⁶ Mas as grandes empresas do agronegócio também são grandes emissoras de GEEs, principalmente corporações do setor de pecuária, com um estudo relatando que as cinco principais empresas de carne e laticínios (lideradas pela JBS) são responsáveis por mais emissões anuais do que a Exxon.⁵⁷ A JBS questionou a metodologia utilizada no estudo e refutou os resultados,⁵⁸ repetindo as críticas em suas respostas enviadas para comentar este relatório. “Qualquer conclusão a partir desse estudo seria equivocada. [...] A JBS [...] foi pioneira no setor ao assumir o compromisso de se tornar Net Zero até 2040. Vai cumpri-lo seguindo a ciência”, disse o frigorífico em nota enviada à **Repórter Brasil**, cuja versão completa pode ser lida ao final deste relatório.

No caso do agronegócio, embora haja iniciativas pontuais, como o Nordea, maior banco do norte da Europa, que retirou 48 milhões de dólares⁵⁹ investidos em ações da JBS após constatar que a empresa não cumpria aos padrões de ESG exigidos, os grandes bancos continuam apostando no setor. Por exemplo, entre 2015, quando foi assinado o Acordo de Paris, e 2020, os bancos injetaram

43,5 bilhões de dólares em frigoríficos brasileiros responsáveis por desmatamento,⁶⁰ e os bancos britânicos, sozinhos, forneceram mais de 2 bilhões de dólares a frigoríficos ligados ao desmatamento na Amazônia, de acordo com uma matéria publicada pelo jornal *The Guardian* em 2020.⁶¹

A coalizão Forests & Finance analisou os balanços de mais de 300 empresas envolvidas nas cadeias de fornecimento mais frequentemente associadas à destruição de florestas tropicais, como carne, soja, óleo de dendê, celulose e papel, borracha e madeira, e mapeou sua relação direta com os grandes bancos globais.⁶² Algumas das empresas analisadas são líderes mundiais em seus segmentos, como JBS, Marfrig, Cargill e Bunge, e estão intimamente envolvidas no processamento e na comercialização de gado e grãos produzidos na Amazônia e no Cerrado. Na Amazônia, 90% das áreas desmatadas se transformam em pastagens para o gado,⁶³ enquanto o Cerrado é atualmente o bioma mais afetado pelo desmatamento destinado ao plantio de grãos.⁶⁴

Nas palavras da coordenadora da Forests & Finance, Merel van der Mark, “apesar dos compromissos do setor financeiro como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, sua busca por lucros está nos levando a um desastre climático e de saúde pública”.⁶⁵

Medidas e iniciativas de prestação de contas

No Brasil, as iniciativas que visam responsabilizar os bancos que financiam o desmatamento estão ganhando força aos poucos, embora ainda não tenham avançado na Justiça. O Ministério Público Federal (MPF) já apresentou denúncias contra instituições financeiras públicas, como o Banco

do Brasil e o Banco da Amazônia, por financiarem empresas que desmatam.⁶⁶ Para o MPF, “o grande volume de financiamentos públicos a atividades econômicas que incentivam o desmatamento ilegal desta região” é uma das hipóteses mais importantes sobre os fatores de degradação ambiental no país.⁶⁷

Além disso, as denúncias apresentadas indicam falta de monitoramento por parte das instituições financeiras quanto ao impacto das atividades de seus clientes, bem como o possível descumprimento de seus próprios padrões de sustentabilidade.

Em 2016, o Santander, banco privado que chamou a atenção das autoridades, foi multado em mais de 9 milhões de dólares pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por “financiar a plantação de 95 mil sacas de milho na safra de 2015, em uma área [embargada] de 572 hectares”.⁶⁸ No entanto, por decisão do presidente da agência, é possível que essa multa, entre muitas outras, seja anulada em 2022⁶⁹ e, como o caso nunca foi levado à justiça, pode terminar sem qualquer punição à instituição financeira.

No entanto, MPF e Ibama não são os únicos atores que começam a exigir responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. Em pioneira ação na justiça, a ONG Conectas Direitos Humanos exige que o BNDESPar, braço de investimentos do BNDES, adote um plano de redução das emissões de gases de efeito estufa que oriente seus investimentos.⁷⁰ O banco já possui uma política de atuação no mercado de capitais que proíbe investimentos em empresas com histórico de crimes ambientais ou trabalho análogo à escravidão, mas essas diretrizes ainda

não incluem a questão das mudanças climáticas nem as metas estabelecidas no Acordo de Paris.

Em outra frente, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a investigar⁷¹ o financiamento do BNDES a produtores rurais embargados por desmatamento após a **Repórter Brasil** revelar evidências de descumprimento do Manual de Crédito Rural.⁷² Embora o uso de recursos públicos e privados em propriedades embargadas seja proibido, os produtores que desmataram receberam 5,5 milhões de dólares do banco por meio de instituições comerciais, como a John Deere, para a compra de maquinário.⁷³

As investigações da **Repórter Brasil** sobre a relação entre a política de crédito do BNDES e o desmatamento também levaram o banco a rever normas internas: após constatar que a instituição estava descumprindo uma norma e concedendo empréstimos a frigoríficos flagrados comprando gado criado em áreas desmatadas ou em fazendas que usam mão de obra escrava,⁷⁴ o BNDES anunciou mudanças. Todos os contratos com frigoríficos assinados a partir de janeiro de 2022 incluem a obrigatoriedade de apresentação de relatórios de auditorias independentes.⁷⁵

Outras medidas e ações podem ser necessárias para garantir maior responsabilização pelo financiamento de indústrias que estão impulsionando e lucrando com o desmatamento ilegal no Brasil. No entanto, como mostrado acima, muitas das principais empresas também recebem financiamento de uma série de instituições financeiras estrangeiras, e a responsabilidade desses atores também deve ser examinada.



LEIS DE DEVIDA DILIGÊNCIA E OUTRAS PROPOSTAS REGULATÓRIAS NA EUROPA

Uma série de obrigações legais tem sido discutida e, em alguns casos, aprovada, que pode ter consequências para bancos que estejam financiando o desmatamento, principalmente o desmatamento ilegal. Um exemplo importante é o crescente corpo de obrigações de devida diligência empresarial – a mais substancial das quais é a francesa *Loi sur le Devoir de Vigilance*. Essa legislação ganhou destaque na mídia recentemente, devido a ações na justiça da França.

A legislação francesa, porém, não está isolada, e sim é líder de uma tendência crescente de obrigações semelhantes em toda a Europa. Portanto, a aplicação dessas obrigações aos financiadores do desmatamento – e ao leque de impactos sobre os direitos humanos relacionados a ele e dele decorrentes – pode informar a aplicação de outras legislações nacionais à medida que entrarem em vigor, bem como a conclusão e a implementação das propostas da UE para devida diligência empresarial em

relação aos impactos sobre os direitos humanos e especificamente para commodities que representem riscos de desmatamento.

A legislação francesa *Loi sur le Devoir de Vigilance*

A Lei do Dever de Vigilância (*Loi sur le Devoir de Vigilance*),⁷⁶ adotada pela Assembleia Nacional da França em fevereiro de 2017 e promulgada em 27 de março de 2017, é inovadora. Ela abre a possibilidade de grandes empresas serem responsabilizadas juridicamente por violações de direitos humanos e danos ambientais⁷⁷ ocorridos em suas cadeias de fornecimento, integrando diversos artigos ao Código de Comércio do país.⁷⁸

Fruto da mobilização de centrais sindicais, sociedade civil e grupos políticos, os especialistas consideraram essa lei como uma das mais avançadas do mundo.⁷⁹ Ela estabelece o dever de vigilância como obrigação legal de conduta

prudente e diligente para as empresas-matrizes de grupos com pelo menos 5 mil funcionários na França ou 10 mil em todo o mundo, e o setor financeiro não está excluído dessas regras.

Para as empresas, esse dever de vigilância consiste em estabelecer, implementar efetivamente e divulgar “medidas de vigilância razoáveis, que sejam adequadas para identificar riscos e prevenir impactos graves sobre direitos humanos e liberdades fundamentais, sobre a saúde e a segurança das pessoas e do meio ambiente”.⁸⁰ Essas medidas devem incidir sobre as operações da própria empresa e das sociedades por ela controladas, bem como operações de subcontratadas ou fornecedores com os quais ela mantenha relação comercial estabelecida.⁸¹ Elas devem ser formalizadas em um plano de vigilância a ser elaborado com participação dos acionistas e divulgado, para garantir a transparência em seu processo de implementação e monitoramento.

A lei prevê dois mecanismos de implementação diferentes. Um diz respeito ao cumprimento da lei como medida preventiva, com possibilidade de recurso. O outro se refere à lei comum de responsabilidade civil em caso de danos decorrentes de falta de vigilância. Com efeito, qualquer pessoa que tenha interesse em processar juridicamente, inclusive comunidades ou pessoas afetadas pelas práticas lesivas, pode, após o fracasso de uma notificação formal por um período de três meses, pedir à justiça que obrigue a empresa a cumprir suas obrigações de vigilância, sob risco de multa. Além disso, em caso de danos, as vítimas podem solicitar uma indenização na justiça, mesmo que o dano tenha ocorrido no exterior.

No entanto, a fiscalização pode ser difícil devido a uma brecha: o ônus da prova ainda recai parcialmente sobre os atingidos pela empresa, o que pode ser um empecilho às vítimas em sua busca por justiça.⁸² Cabe a eles provar em juízo o nexo de causalidade entre os danos sofridos, o papel das empresas envolvidas nos fatos e como esses fatos decorrem do descumprimento das obrigações de vigilância.

No entanto, já existem casos em que se recorreu à justiça para exigir medidas de vigilância mais firmes por parte de uma empresa. Em outubro de 2022, o BNP Paribas foi notificado pela Comissão Pastoral da Terra e pela ONG francesa Notre Affaire à Tous por apoiar financeiramente as atividades da Marfrig.⁸³

Antes disso, em março, a rede de fast-food McDonald’s recebeu uma solicitação formal para que adotasse e implementasse efetivamente um plano de vigilância em conformidade com as exigências legais para garantir que seus fornecedores não estivessem envolvidos em crimes ambientais ou infrações trabalhistas.⁸⁴ Esse aviso formal é o primeiro passo estabelecido pela legislação,⁸⁵ depois do qual a empresa tem um prazo de três meses para adequar sua conduta. Se não o fizer, a justiça pode ser chamada a ordenar que o McDonald’s cumpra a lei, possivelmente sob pena de punição financeira.

Essa acusação veio depois de a **Repórter Brasil** revelar que a carne dos hambúrgueres do McDonald’s, seu suco de laranja, seu café certificado e até a soja que alimenta os frangos que a empresa abate na Europa estão sujeitos a desmatamento e trabalho escravo.⁸⁶

Talvez o caso mais famoso envolvendo a legislação francesa de devida diligência tenha ocorrido no ano passado, quando povos indígenas da Amazônia e ONGs internacionais entraram com uma ação contra o grupo de supermercados Casino.⁸⁷ O caso gira em torno do fato de que, no Brasil, a rede de supermercados Pão de Açúcar, que faz parte do grupo Casino, revendia carne da JBS proveniente de 592 fornecedores que haviam desmatado uma área cinco vezes maior do que Paris. As investigações da **Repórter Brasil** também respaldaram o processo com casos concretos.⁸⁸

Propostas de devida diligência nos estados membros e em nível de UE

A legislação francesa não está sozinha. Outros países da União Europeia aprovaram leis – algumas de aplicação geral (Alemanha) e outras mais restritas (Noruega, Holanda) – enquanto outros estão em processo de elaboração ou considerando a possibilidade de criar regulamentações semelhantes (Espanha, Dinamarca, Bélgica).

Em 2019, o Senado holandês adotou a Lei de Devida Diligência contra o trabalho infantil,⁸⁹ introduzindo um dever de vigilância para impedir o fornecimento de bens e serviços produzidos com mão de obra de crianças. Infelizmente, é muito menos ambiciosa do que a legislação francesa, devido à sua aplicação setorial.

A Lei Alemã de Obrigações de Devida Diligência Empresarial em Cadeias de Fornecimento, aprovada em 2021,⁹⁰ entrará em vigor em janeiro de 2023. Ela prevê penalidades, como multas de até 2% do faturamento global da empresa, além de impedi-la de firmar contratos com entidades públicas por até três anos, em caso de graves infrações ambientais ou de direitos humanos.

Além disso, a Lei Norueguesa de Transparência,⁹¹ que entrou em vigor em 1º de julho de 2022, visa promover o respeito das empresas pelos direitos humanos fundamentais e as condições de trabalho decentes, mas não abrange danos ambientais.

E a UE também está desenvolvendo uma diretiva sobre esse assunto. Foi para “promover um comportamento empresarial sustentável e responsável em todas as cadeias de valor globais”, “atender às preocupações dos consumidores que não querem comprar produtos cuja feitos com trabalho forçado ou que destruam o meio ambiente” e garantir “segurança jurídica” para empresas na Europa⁹² que, em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia aprovou uma proposta para sua lei vinculante de Direitos Humanos e devida diligência ambiental (mHRDD).⁹³

A Diretiva da UE sobre Dever de Diligência das Empresas em Matéria de Sustentabilidade e alteração (da Diretiva 2019/1937), como é chamada, prevê as obrigações das empresas de identificar e prevenir abusos ambientais e de direitos humanos em todas as suas cadeias de valor. Mas ela ainda precisa ser aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho⁹⁴ – o que pode levar até um ano. Uma vez promulgada, os países da UE terão mais dois anos para transpô-la às leis nacionais.

A proposta de lei não se limita às multinacionais com sede na Europa, também cobrindo grandes empresas com negócios no bloco superiores a 40 milhões de euros ou com mais de 250 funcionários sediados no continente.⁹⁵ Embora inclua o setor financeiro, a proposta aplica uma série de limitações às instituições do setor: apenas as muito grandes devem exercer a devida diligência prévia em relação a investimentos, e os riscos nas

cadeias de valor dos clientes não são considerados. Além disso, o crédito pode ser mantido mesmo que as práticas ambientais ou sociais do tomador piorem durante a vigência do contrato.⁹⁶

Proposta da UE para regulamentação sobre produtos livres de desmatamento

Atualmente, a UE também está em processo de adoção de regulamentação que visa limitar o desmatamento associado a produtos vendidos em seu mercado. A lei proposta cobrirá uma série de commodities que representam altos riscos de desmatamento. A Comissão Europeia publicou uma proposta de regulamentação em 17 de novembro de 2021,⁹⁷ e o Parlamento Europeu adotou sua posição sobre a proposta apresentada pela Comissão em 13 de setembro de 2022.⁹⁸

Essa nova lei exige que as empresas garantam que os bens colocados no mercado da UE não tenham sido produzidos em terras recentemente desmatadas ou degradadas. Também procura garantir que esses produtos não tenham causado violações de direitos humanos, segundo disposições do direito internacional. As empresas ficam sujeitas a obrigações de devida diligência e precisam avaliar o risco em suas cadeias de fornecimento. O processo de devida diligência pode ser respaldado por auditorias, monitoramento por satélite e testes de isótopos. Essas informações devem ser compartilhadas com as autoridades competentes da UE, e os dados anônimos serão disponibilizados ao público. As obrigações irão variar de acordo com o nível de risco do país onde a commodity foi produzida, que será determinado pela Comissão Europeia.

A posição do Parlamento também indica que as instituições financeiras deverão cumprir exigências para garantir que suas atividades não contribuam para o desmatamento.⁹⁹ Os atores financeiros da UE envolvidos nessa regulamentação também podem ajudar a aumentar a eficácia da lei e mitigar o risco de se criar um mercado segregado, no qual commodities produzidas em áreas já desmatadas sejam vendidas à UE enquanto as mesmas empresas continuam desmatando e vendendo, em outros mercados, commodities produzidas em terras desmatadas recentemente. Ao garantir que os investidores cumpram as mesmas regras, a norma pode ir além dos volumes de commodities colocados no mercado da UE e potencialmente abranger as operações das empresas como um todo em cadeias de fornecimento onde haja risco de desmatamento.

O Parlamento Europeu iniciará agora as negociações tripartites com a Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia para chegar a um acordo sobre a lei. Espera-se que esse processo resulte em uma versão final do Regulamento da UE sobre produtos livres de desmatamento até o final de 2022 ou início de 2023.¹⁰⁰

O capítulo seguinte apresentará alguns estudos de caso que colocam em dúvida se as instituições financeiras estão identificando devidamente os riscos e tomando as medidas adequadas e eficazes para evitar a ocorrência de abusos em suas cadeias de valor, analisando seus investimentos em empresas do agronegócio ligadas a danos ao meio ambiente e aos direitos humanos.



ESTUDOS DE CASO

BNP Paribas e o setor de pecuária de corte

O BNP Paribas é o principal ator francês a investir no setor, segundo dados compilados pela coalizão Forests & Finance (F&F). A instituição atua no país desde 1950 e, de acordo com seu site institucional, oferece produtos e serviços em três áreas principais: Serviços Bancários Empresariais e Institucionais, Gestão de Ativos e Gestão de Patrimônio.¹⁰¹

A instituição tem publicado Planos de Vigilância anuais desde 2017, de acordo com a lei francesa do Dever de Vigilância. Sua versão mais recente¹⁰² declara que o BNP Paribas realizou um mapeamento de risco, incluindo devida diligência, sobre os recursos humanos da empresa, seus fornecedores e subcontratados, e as principais linhas de negócios. O plano afirma que foram abordados temas como trabalho infantil e trabalho escravo, desrespeito aos direitos das

comunidades locais, bem como riscos climáticos, emissões de gases de efeito estufa, e degradação de ecossistemas e biodiversidade, entre outros. “Em sintonia com seus compromissos de RSE, o BNP Paribas incluiu em sua abordagem de vigilância (‘Dever de Cuidado’, parte de nosso documento de registro universal de 2021) vários riscos, como o de danos ao meio ambiente e, principalmente, a questão da deterioração de ecossistemas e biodiversidade”, diz o banco em comunicado enviado à **Repórter Brasil** (que pode ser lido ao final deste relatório).

Em seu relatório financeiro de 2021, a empresa afirma que “em 2021, reforçou sua contribuição para o combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado, adotando novos critérios”, e que incentiva seus clientes que produzem ou compram carne ou soja produzidas na Amazônia e no Cerrado brasileiros a atingir “desmatamento zero” e mostrar seus avanços de forma transparente.

No entanto, segundo dados da Forests & Finance, esse é justamente o ano que registra os maiores volumes de investimento em um dos três grandes frigoríficos brasileiros – uma contradição, visto que a pecuária é uma das principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia.

Além disso, em 2022, o BNP Paribas realizou oito diferentes operações financeiras que aportam recursos aos gigantes da carne que ameaçam as florestas no Brasil, totalizando quase US\$ 456,5 milhões.

A compra de ações foi o instrumento financeiro mais recorrente na relação entre o banco e os frigoríficos. Assim, o BNP Paribas tornou-se sócio dessas empresas que, juntas, colocam em risco quase 6 milhões de hectares na Amazônia, segundo estudo publicado pelo Imazon em 2017.¹⁰³

Em seu mais recente plano de vigilância, o banco apresenta uma tabela com avaliação de risco para os seus investimentos, atribuindo níveis altos, médios e baixos a cada um, mas não lista

quais são esses investimentos nem seus setores – apenas indica quantas operações identificou dessa forma a cada ano.

A Forests & Finance apresenta uma classificação que avalia as políticas socioambientais das instituições financeiras em uma escala de 0 a 10. As políticas de ESG do BNP obtiveram uma pontuação de apenas 4,1 (embora outras instituições financeiras francesas tenham recebido notas ainda mais baixas) e as políticas relativas aos setores de carne e soja, de 5,5.¹⁰⁴

Em seu último relatório financeiro, o BNP informa ter 1.297 empresas em sua lista de exclusão de crédito e outras 183 em monitoramento – um total de 1.480, ante 1.446 em 2020, mas não fornece detalhes sobre as empresas ou os segmentos em que operam, nem diz por que considerou que não deveria fazer negócios com elas. O banco também afirma ter avaliado detalhadamente 2.500 transações complexas ou delicadas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental. Mais uma vez, não fornece mais informações sobre

ANO	TIPO	BANCO	VALOR (US\$)	GRUPO
2013	Emissão de títulos	BNP Paribas	57 milhões	Marfrig
2019	Emissão de títulos	BNP Paribas	50 milhões	Marfrig
2021	Emissão de títulos	BNP Paribas	136 milhões	Marfrig
2022	Participação acionária	BNP Paribas	4,8 milhões	Minerva
2022	Participação acionária	BNP Paribas	1,5 milhões	JBS
2022	Participação acionária	BNP Paribas	6 milhões	JBS
2022	Participação acionária	BNP Paribas	1,2 milhões	Marfrig
2022	Participação acionária	BNP Paribas	200 mil	Marfrig

quais foram essas transações, com que empresas elas foram feitas, e se foram aprovadas após a avaliação. Em 2020, foram 2.340 transações. Apesar da falta de informações detalhadas, o BNP sustenta poder garantir que “os principais riscos foram cobertos” pelo seu Plano de Vigilância.

No Plano, o BNP também afirma que “não fornecerá produtos nem serviços financeiros a empresas (produtores, frigoríficos, processadores e comerciantes de carnes) sem estratégias para atingir o desmatamento zero em suas cadeias produtivas e de fornecimento até 2025, no máximo”, informação que está incluída em suas políticas para a agropecuária.¹⁰⁵

Entre os três maiores frigoríficos brasileiros, a Marfrig trabalha com 2025 como prazo-limite para a Amazônia e 2030 para os demais biomas, e a Minerva promete desmatamento zero em sua cadeia de fornecimento na América Latina até 2030.¹⁰⁶ Somente a JBS estabelece meta de desmatamento zero para todos os biomas brasileiros até 2025, mas os planos de monitoramento da empresa não contemplam o segundo nível de seus fornecedores indiretos – ou seja, os que vendem aos fornecedores de seus fornecedores diretos – que respondem por 11% do desmatamento associado à cadeia de fornecimento, segundo uma estimativa da National Wildlife Federation.¹⁰⁷

Minerva e Marfrig disseram que as empresas cumprem o compromisso de monitorar 100% de seus fornecedores diretos. Segundo o comunicado da Marfrig, “[no caso da] Amazônia, a meta [para conversão zero] é 2025, sendo que até o momento já obtivemos 72% de controle de fornecedores indiretos. Para os demais biomas, cuja meta é 2030, a Marfrig vem fazendo

todos os esforços para que essa entrega ocorra antecipadamente, tanto que, para o Cerrado, por exemplo, já obtivemos o índice de 73% de controle de fornecedores indiretos nesse bioma”. Em relação ao monitoramento das fazendas que são fornecedoras indiretas, a Minerva sustenta que “demanda não apenas investimento em ferramentas, mas também o engajamento de toda a cadeia de valor para garantir a rastreabilidade completa do gado. A maior dificuldade para o avanço neste desafio ainda está relacionada à falta de acesso ou mesmo inexistência de dados oficiais para a verificação de outros níveis da cadeia de valor”.

Sua Política para o Setor Agrícola afirma que “para todos os clientes, o BNP Paribas exigirá total rastreabilidade das cadeias de fornecimento de carne bovina e soja (diretas e indiretas) até 2025”. No entanto, os frigoríficos ainda não têm um plano para fazer isso em todas as suas cadeias de fornecimento. Na cadeia do gado, é comum os animais passarem por três ou quatro fazendas antes de chegar ao matadouro. E até mesmo grupos do setor reconhecem que a maior parte do desmatamento ocorre em fazendas que são fornecedoras indiretas.

Além disso, essa mesma política também afirma que: “No caso da Amazônia, o BNP Paribas não financiará clientes que produzam ou comprem carne bovina e soja de áreas desmatadas ou convertidas após 2008, ou seja, os clientes devem aplicar um prazo-limite de 2008 na Amazônia, segundo a regulamentação e acordos setoriais”. No entanto, na mais recente auditoria do MPF sobre compras de gado no estado do Pará, divulgada no ano passado e que adotou 2008 como parâmetro, a JBS foi apontada como a campeã das irregularidades.¹⁰⁸

Segundo a empresa, seus sistemas de controle inicialmente tomaram 2009 como ano de referência. Em nota enviada à **Repórter Brasil**, a JBS afirma que “[a] estratégia da Companhia segue as recomendações preconizadas nas Boas Práticas do Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos – GTFI, organização multissetorial composta de diversos segmentos da sociedade, inclusive do terceiro setor e de universidades de renome internacional, demonstrando ser a mais recomendada e aceita pelos atores envolvidos nas questões conservacionistas relativas à pecuária no Brasil. As declarações completas podem ser lidas no final deste relatório.

Minerva e JBS também declaram publicamente que, para produtores indiretos, adota-se 2019 como prazo-limite para o desmatamento; para fornecedores diretos, por sua vez, esse prazo é 2008.¹⁰⁹ Além disso, ambas as empresas prometem desmatamento ilegal zero apenas em teoria, já que, na prática, são tolerantes se o problema ocorrer em apenas uma fazenda que abastece seus fornecedores. Essas regras foram adotadas pelas duas empresas por sugestão do Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos, uma mesa redonda que reúne todos os frigoríficos para discutir soluções para o problema.¹¹⁰ Portanto, é possível que a Marfrig também adote critérios semelhantes.

O BNP Paribas disse que não pode “comentar sobre dados vinculados a clientes específicos, por motivos de confidencialidade”.

Financiamento da Marfrig

A Marfrig, segunda maior produtora de carne bovina do mundo, é a terceira principal cliente do BNP Paribas em termos de risco de

desmatamento no Brasil, de acordo com o banco de dados da Forests & Finance.¹¹¹

Segundo a Forests & Finance, o frigorífico se beneficiou de 245 milhões de dólares em cinco operações de compra de ações (US\$ 1,4 milhões) e operações com títulos em que o BNP atuou tanto como subscritor (underwriter).

Dentre essas, a operação de maior valor aportado pelo BNP Paribas à Marfrig foi a operação de emissão de títulos em 2021, na qual o banco francês forneceu 136 milhões de dólares para garantir o refinanciamento da empresa, pagamento de taxas e despesas, e outras despesas empresarias gerais. O BNP Paribas atuou como Corresponsável pela Oferta (*Joint Bookrunner*)¹¹² – espécie de corretor de valores mobiliários que dirige a operação – e como Subscritor (*Underwriter*),¹¹³ além de comprar uma pequena parcela de 452 dólares.

No final de 2021, a Marfrig destacou a expansão tanto do volume de abate quanto da área de desossa em sua unidade de Várzea Grande como um dos resultados de seus “investimentos estratégicos” para o ano.¹¹⁴ Dois anos antes, a unidade de Várzea Grande havia sido flagrada comprando centenas de animais de um fazendeiro multado duas vezes por desmatamento ilegal.¹¹⁵

A operação de participação em títulos em 2019 foi polêmica, pois deveria marcar a entrada do frigorífico no universo dos títulos verdes. O BNP Paribas desempenhou as funções de Coordenador Global (*Global Coordinator*), Coconsultor de Sustentabilidade (*Joint Sustainability Advisor*) e Corresponsável pela Oferta (*Joint Bookrunner*) nessa operação. Isso significa que atuou como o organizador principal

(*lead arranger*) na estruturação e no lançamento dos papéis nos mercados financeiros de todo o mundo, garantidor da operação, e também como consultor de sustentabilidade.

Os antecedentes da decisão de lançar os títulos foram revelados por um artigo da agência Reuters.¹¹⁶ Planejando o lançamento desses títulos no início de 2019, os bancos envolvidos na operação sabiam que seria difícil colocar no mercado um “título verde” – dívidas emitidas com juros lastreados em metas ecologicamente corretas – de um dos maiores frigoríficos do mundo, que abate milhares de animais criados em fazendas na Amazônia, todos os dias: “A primeira vez que examinamos a ideia, a proposta era fazer um título verde, que tivemos que recusar”, disse um banqueiro envolvido. “Achamos que não era possível.” O banqueiro também disse que houve um evento em Londres para ouvir opiniões sobre a proposta inicial, que acabou sendo abandonada.

Foi então que os bancos envolvidos decidiram mudar o nome da operação: em vez de título verde, que traria consigo muitas obrigações que o frigorífico não poderia garantir, eles a chamaram de “título de transição sustentável”, que refletiria os esforços da empresa para limpar sua cadeia de fornecimento em vez de ter metas objetivas a ser alcançadas.

Na verdade, apesar da polêmica inicial, os bancos conseguiram reverter a resistência dos investidores, como comprovam os resultados da operação: a demanda foi três vezes maior que a oferta, segundo reportagens da imprensa especializada.¹¹⁷

Bel Hadj Soulami, chefe global de investimentos sustentáveis do BNP Paribas, disse que o

papel central do banco era “ver como as coisas poderiam ser melhoradas, mesmo em setores que não são verdes por natureza”. Ele acrescentou à Reuters: “Isso não é fácil, mas é algo que queremos incentivar”. Segundo a Reuters, embora a administração do banco estivesse confiante de que era um bom negócio a apoiar, havia resistência entre os funcionários.

A dificuldade de manter as metas de sustentabilidade do frigorífico tem sido associada à falta de regras que definam claramente o que é um “título de transição”: “Como resultado, alguns argumentam que a classe de ativos está sujeita a abusos por parte de bancos interessados em receber taxas de negociações e de emissores e investidores interessados em se gabar de suas próprias credenciais, às vezes vazias”, explica a reportagem da Reuters. A Marfrig diz que há regras claras para a operação e que a empresa seguiu os preceitos recomendados pelos Princípios para Títulos Verdes.

Pagamento por serviços financeiros

O BNP Paribas também apoiou o financiamento da Marfrig como coordenadora global. A contratação do banco foi autorizada pelo Conselho de Administração da empresa e registrada em anúncio oficial.¹¹⁸

De acordo com o prospecto,¹¹⁹ a Marfrig esperava captar 495.978.000 dólares com a oferta, já que 4 milhões seriam destinados a “despesas e comissões”. O prospecto também indica que os títulos de transição pagariam juros de 6,625%, duas vezes ao ano – em 6 de fevereiro e 6 de agosto – a partir de fevereiro de 2020.

Isso indica que o BNP pode ter recebido remuneração de juros em fevereiro e agosto de 2020, fevereiro e agosto de 2021, e fevereiro de 2022 pelos títulos que não foram revendidos imediatamente após a compra inicial. A data de vencimento do título é 6 de agosto de 2029, quando a Marfrig deverá resgatá-lo e pagar os investidores que ainda detiverem os papéis naquele momento.

Nem a Marfrig nem o BNP comentaram os detalhes do contrato envolvendo ambas as partes.

Consultor de Sustentabilidade

O BNP Paribas também foi contratado pela Marfrig como Assessor de Sustentabilidade, função que inclui uma série de tarefas¹²⁰ como orientação sobre as melhores práticas e requisitos para emissão, assessoria sobre os compromissos assumidos, e até tarefas muito concretas, como elaborar termos de referência para realizar o monitoramento das metas e revisar as minutas dos prospectos de emissão.

No prospecto do título, a Marfrig definiu que 100% das compras de gado financiadas pela emissão seriam provenientes de áreas ambientalmente corretas, ou seja, não viriam de fazendas desmatadas ou que violassem terras indígenas e unidades de conservação. No entanto, ao listar os riscos da operação no prospecto, a empresa admite: “Temos alguns imóveis que não cumprem essas leis e normas ambientais”.¹²¹

Os títulos verdes foram lançados em julho de 2019. Em 31 de agosto, um mês após a oferta pública dos títulos de transição, a **Repórter Brasil** revelou que as instalações da Marfrig em Tucumã (PA) provavelmente receberam gado de um

pecuarista ilegal operando em área embargada.¹²² O embargo foi publicado no site do Ibama em janeiro de 2019, antes do lançamento do título no mercado financeiro. Em suas respostas enviadas à **Repórter Brasil**, que podem ser lidas na íntegra ao final deste relatório, a Marfrig destacou que todos os fornecedores diretos daquela unidade estavam em situação regular e que foram realizadas auditorias na planta em operação.

No prospecto, a empresa destaca que “(...) os compradores iniciais não garantem (i) se as notas ora oferecidas cumprirão aos critérios e expectativas dos investidores em relação ao impacto ambiental e ao desempenho de sustentabilidade para quaisquer investidores, (ii) se os rendimentos líquidos serão usados para o Projeto de Transição Sustentável (conforme definido e descrito neste documento) nem (iii) as características do Projeto de Transição Sustentável, incluindo seus critérios ambientais e de sustentabilidade”.¹²³

Além disso, o Parecer da Segunda Opinião (*Second Party Opinion*) emitido por Vigeo Eiris¹²⁴ indicou que a garantia da capacidade da Marfrig de gerenciar e mitigar os riscos ambientais e sociais que são associados às metas do título não era totalmente confiável.

Na verdade, a **Repórter Brasil** revelou muitos problemas envolvendo a cadeia de fornecimento do frigorífico após o lançamento do título:

1. Entre janeiro de 2018 e agosto de 2019, a Marfrig comprou gado de uma fazenda flagrada usando trabalho escravo em São Miguel do Araguaia (GO). As compras ocorreram após a operação que resgatou 15 trabalhadores, realizada em janeiro de

2018, mas antes de o produtor entrar na “lista suja”, em abril de 2022. O pecuarista também foi multado pelo Ibama (no valor de 2.104 dólares) por desmatar ilegalmente 10.800 hectares de vegetação nativa em julho de 2018. Parte das operações, portanto, ocorreu após a multa;¹²⁵

2. Entre julho de 2018 e novembro de 2019, a empresa comprou gado de fazendas vinculadas a José Carlos Ramos Rodrigues, que recebeu pelo menos 13 multas ambientais do Ibama entre 2007 e 2016. Suas propriedades estão localizadas em São José do Xingu, no Mato Grosso. Rodrigues também foi responsabilizado pelo uso de mão de obra escrava: trabalhadores foram resgatados em 2007, em São José do Xingu;¹²⁶
3. Entre 2018 e 2019, a Marfrig comprou animais de uma fazenda desmatada ilegalmente em Paranatinga, no Mato Grosso;¹²⁷
4. Em 2019, adquiriu centenas de animais de um pecuarista que havia sido multado duas vezes por desmatamento ilegal em Aripuanã, no Mato Grosso;¹²⁸
5. Em 2019, abateu animais de produtores com propriedades localizadas ilegalmente na Terra Indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, Pará;¹²⁹
6. A Marfrig comprou gado de um grupo que o adquirira do proprietário de uma das fazendas responsáveis pelo início das queimadas no Pantanal (MT) em 2020.¹³⁰

Como mostra essa lista, a Marfrig não está livre dos problemas ambientais enfrentados por outros frigoríficos ou de outras violações de direitos humanos – há muitas denúncias relacionando a indústria da carne bovina e o trabalho escravo no Brasil, que também envolvem fornecedores diretos e indiretos.

E embora a empresa – assim como seus pares – tenha declarado seus compromissos com o enfrentamento desses problemas em suas cadeias de fornecimento, os avanços não parecem corresponder aos requisitos ou à velocidade necessária para mitigar ou interromper efetivamente a conexão do setor com o desmatamento e outras infrações. Considerando como o desmatamento aumentou em ritmos mais elevados nos últimos anos, essas medidas parecem ainda menos efetivas.

A empresa reconhece “os desafios da cadeia de fornecimento da pecuária” e disse que desempenha um “papel como importante agente de transformação”. “Todos os compromissos ambientais divulgados pela Marfrig desde 2009 foram mantidos, e mais, ampliados [...] em um cronograma progressivo disponível publicamente, para cumprir o compromisso de obter 100% do desmatamento da cadeia produtiva do Bioma Amazônia em 2025 e, em 2030, para os demais biomas.”

A partir dos documentos disponíveis e consultados para este relatório, não está claro o papel que o BNP Paribas e outras instituições financeiras envolvidas com o setor de pecuária de corte parecem se ver desempenhando no enfrentamento de suas conexões com o desmatamento, nem como seus planos de vigilância afetam seu envolvimento com o setor

nessas circunstâncias. O banco não comentou essa questão.

Financiamento da Bunge

Em 16 de dezembro de 2019, a Bunge Finance Europe B.V., uma subsidiária integral da Bunge Limited, anunciou sua primeira Linha de Crédito Rotativo vinculada à Sustentabilidade,¹³¹ que alterou e ampliou a linha de crédito rotativo existente para os tomadores, de 1,75 bilhão de dólares, datada de 12 de dezembro de 2017.

Essa linha de crédito rotativo foi ancorada em metas ambientais que contaram com serviços bancários de BNP Paribas, Crédit Agricole, BPCE Groupe e Société Générale.

A coordenação da operação foi liderada por BNP Paribas e Natixis – o braço internacional para serviços bancários empresariais e de investimentos, gestão de ativos, seguros e serviços financeiros do Groupe BPCE. Eles atuaram como Coordenadores de oferta ativos (*Active Bookrunners*), Organizadores principais mandatários (*Mandated Lead Arrangers*) e Coordenadores (*Coordinators*), enquanto o Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e o Société Générale contribuíram como Organizadores principais mandatários e Coordenadores de oferta na transação. Este último banco informou à **Repórter Brasil** que, “de acordo com a Política de Agricultura, Pesca e Agroalimentar, o Société Générale se comprometeu, a partir de 2023, a fornecer apenas produtos e serviços financeiros a clientes comprometidos com atividades livres de desmatamento e conversão (em operações próprias e na cadeia de fornecimento) e com estabelecer e sistematizar a rastreabilidade em sua cadeia de valor, e que sejam capazes

de informar anualmente avanços em termos de escopo de implementação e/ou percentual de realização”. O comunicado completo pode ser lido no final deste relatório.

Em dezembro de 2021, a Bunge anunciou o refinanciamento de sua linha de crédito rotativo de 1,75 bilhão de dólares, com prazo de três anos.¹³² Para essa transação, BNP Paribas, Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e Natixis foram os Responsáveis ativos pela oferta (*Active Bookrunners*), Organizadores principais mandatários (*Mandated Lead Arrangers*) e Coordenadores (*Coordinators*).

Todos esses papéis estão relacionados à estruturação da operação: como responsáveis pela oferta, os bancos deveriam rastrear outras partes para determinar a demanda e o preço dos papéis, e como mandatários, tinham que fornecer as maiores parcelas do empréstimo e exercer funções administrativas.

Devido ao seu papel central como coordenadores, BNP Paribas, BPCE (Natixis) e Crédit Agricole Corporate receberam a maior porcentagem em remuneração. E BNP Paribas e Natixis também foram “Corresponsáveis de Sustentabilidade”.

No entanto, seus Planos de Vigilância não contemplam políticas específicas para esse tipo de serviço financeiro. As seções que listam os riscos relacionados aos produtos e serviços financeiros dessas instituições geralmente visam elencar possíveis problemas relacionados à exclusão de segmentos sociais das atividades bancárias e à proteção dos dados de seus clientes.¹³³ O plano do Crédit Agricole inclui uma seção sobre riscos climáticos em seus investimentos,¹³⁴ mas não traz muitos detalhes. Uma das medidas se refere

à introdução da consideração das questões do aquecimento global e de um preço do carbono na análise dos dossiês de crédito, sem informar quando essa análise será realizada ou em quais setores se concentrará.

As avaliações de ESG são mencionadas nas seções de investimentos de seus relatórios financeiros, mas, em geral, os planos não mencionam especificamente o Brasil nem a Amazônia, nem impõem metas de desmatamento zero para as empresas com as quais mantêm relações financeiras. E entre os dois lançamentos da linha de crédito rotativo (2019 e 2021), pouco mudou nos Planos de Vigilância das instituições financeiras envolvidas.

Adicionalmente, de acordo com a referida Política Setorial Agropecuária, o BNP Paribas alega que não financiará clientes na Amazônia que produzam ou comprem soja em áreas desmatadas ou convertidas após 2008; o banco se compromete a não financiar soja produzida ou comprada em áreas desmatadas ou convertidas no Cerrado após 1º de janeiro de 2020, de acordo com padrões globais; e que exigirá total rastreabilidade – direta e indireta – das cadeias de fornecimento de carne e soja para todos os clientes até 2025. BPCE/Natixis e Crédit Agricole não parecem ter uma política setorial específica para a agricultura em geral¹³⁵ nem medidas em vigor para mitigar possíveis conexões com o desmatamento relacionado à soja no Brasil, indicando que podem não considerar esses setores como sendo de risco.

O BPCE/Natixis nunca respondeu às perguntas da **Repórter Brasil**. O Crédit Agricole enviou um comunicado oficial (que pode ser lido na íntegra ao final deste relatório) onde afirma que o banco

“adotou políticas setoriais com critérios que refletem as questões societárias identificadas como as mais relevantes para um banco empresarial e de investimentos, principalmente com relação ao respeito aos direitos humanos, ao combate ao aquecimento global e à preservação da biodiversidade”, e sugeriu a leitura da política setorial para Silvicultura e Dendê.¹³⁶ Mas, como dito anteriormente, a situação na Amazônia e no Cerrado vem se deteriorando cada vez mais. Em termos de desmatamento, o primeiro semestre de 2022 foi o pior período em sete anos.¹³⁷ Na verdade, o Brasil bateu sucessivos recordes de desmatamento na maior floresta tropical do planeta.¹³⁸ O Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM) mostrou que os índices de desmatamento dispararam no atual governo: entre agosto de 2018 e julho de 2021, foram 56,6% maiores do que nos mesmos meses de 2015 a 2018.¹³⁹

E o setor da soja tem sua parcela de responsabilidade. De acordo com o Roteiro da Soja da Forest Positive Coalition, do CGF, publicado em junho de 2022,¹⁴⁰ 97% do desmatamento na soja ocorreram na América do Sul, sendo 60% no Brasil (48% na Amazônia e 45% no Cerrado), 21% na Argentina, 9% na Bolívia e 5% no Paraguai.

A Bunge não está isenta de responsabilidade como empresa que atua nesse setor. Quando a linha de crédito de sustentabilidade foi lançada pela primeira vez, em dezembro de 2019, a empresa enfrentava um ano difícil no Brasil. Entre abril e junho, comprou soja de uma área desmatada no bioma amazônico no estado de Mato Grosso, pertencente à Fiagril. Em nota enviada à **Repórter Brasil**, a Bunge informou que “seguiu rigorosamente os procedimentos da Moratória da Soja desde sua criação. Em todas as auditorias realizadas pela iniciativa,

conduzidas por terceiros, a Bunge cumpriu 100% do compromisso”. O comunicado completo pode ser lido no final deste relatório.

Embora a irregularidade só tenha sido revelada no ano passado pela **Repórter Brasil**, em cooperação com o Bureau of Investigative Journalist e Unearthed,¹⁴¹ esse não foi o único caso envolvendo a empresa naquele ano.

Em 3 de dezembro de 2019 (13 dias antes do lançamento da linha de crédito), o Greenpeace Internacional revelou que a Bunge havia comprado soja “contaminada por violência e desmatamento” da Agronegócio Estrondo, em Formosa do Rio Preto, Bahia,¹⁴² no bioma Cerrado, que não é abrangido pela Moratória da Soja. De acordo com um relatório publicado pela Harvest and Rainforest Foundation Norway,¹⁴³ a Bunge atualmente compra 45% de sua soja brasileira no Cerrado. O relatório também mostrou que a Bunge é uma das traders que têm silos em quatro municípios com alguns dos maiores índices absolutos de desmatamento em todo o Cerrado, o maior aumento nesses índices, e também a grande maioria das terras agrícolas dedicadas à soja.¹⁴⁴ A Bunge diz que já tem “aproximadamente 64% de rastreabilidade e monitoramento de suas compras indiretas no Cerrado, e espera chegar a 100% em 2025”.

Então, em novembro de 2021, um relatório da Global Witness¹⁴⁵ reforçou a ideia de que a empresa negociou com produtores envolvidos em intimidações e ameaças contra comunidades tradicionais do oeste baiano. Isso ocorreu apenas um mês antes do anúncio do refinanciamento da linha de crédito rotativo de três anos.

De acordo com a Bunge,¹⁴⁶ a taxa de juros da Linha de Crédito Revisada estava vinculada a cinco

metas de desempenho de sustentabilidade nas três áreas a seguir: 1) redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da melhoria da eficiência industrial; 2) aumento da rastreabilidade das principais commodities agrícolas; e 3) apoio a níveis cada vez maiores de adoção de práticas sustentáveis nas cadeias mais amplas de fornecimento de soja e dendê. A empresa está comprometida com eliminar o desmatamento em suas cadeias de fornecimento até 2025, considerando o fornecimento direto e o indireto.

A Chain Reaction Research pediu mais detalhes à Bunge,¹⁴⁷ inclusive sobre a forma como as metas alcançadas serão mensuradas, quais são as punições para o não cumprimento das metas de sustentabilidade e a relação entre essas metas e a ideia de manter os juros baixos, mas não obteve resposta.

A **Repórter Brasil** não encontrou informações precisas sobre as metas vinculadas a essa operação, apenas generalizações como as apresentadas no Relatório de Sustentabilidade da Bunge para 2021.¹⁴⁸ O documento afirma que 176 fazendas estão bloqueadas atualmente¹⁴⁹ por não cumprir compromissos relacionados ao bioma amazônico (Moratória da Soja), mas Global Witness, Greenpeace e **Repórter Brasil** relataram casos de não conformidade envolvendo a Bunge durante o período da operação financeira (2019-2021).

Embora a empresa não mencione suas metas para o Cerrado, seu site diz que pretende ter “100% de suas compras diretas e indiretas monitoradas em áreas de risco no Cerrado até 2025, data de seu compromisso global para cadeias livres de desmatamento em todo o mundo”.¹⁵⁰ Em maio de 2022, a empresa informou que “dobrou em um ano, de 30% para 64%, o monitoramento dos

fornecedores indiretos de soja do Cerrado, com um programa que busca auxiliar a companhia a eliminar o desflorestamento da cadeia produtiva de suas compras”.¹⁵¹


Segundo a Forbes, a maior parte das compras da Bunge no bioma Cerrado vem de fornecedores diretos, que respondem por 79% da originação da soja. Além disso, a empresa afirma que a iniciativa contribui para atingir a meta de comprar 95% de soja livre de desmatamento nas chamadas regiões prioritárias, tendo 2020 como referência. Mas quantos de seus fornecedores indiretos a Bunge cobriu – se houve algum – também é uma pergunta importante a ser respondida.

Para a **Repórter Brasil**, a Bunge disse que “estar livre de desmatamento e conversão de vegetação nativa nas cadeias de valor em 2025 é uma parte central da estratégia e do planejamento de

negócios da empresa e abrange geografias onde o desmatamento é considerado de maior risco, como áreas do Cerrado brasileiro”.

Além disso, não está claro como essas instituições financeiras veem seu papel no desmatamento ligado ao setor da soja por meio de uma operação que ocorreu enquanto a empresa enfrentava problemas com seus fornecedores – como mostram os casos mencionados acima. A falta de informações sobre as diretrizes de vigilância em seus planos pode ser um indicativo de que as instituições financeiras não estão trabalhando com um processo rígido de devida diligência para com seus parceiros financeiros. E esse é justamente um dos gargalos da *Loi sur le Devoir de Vigilance*. Especialistas apontam que sua redação é vaga quanto à metodologia a ser adotada na elaboração do plano de vigilância,¹⁵² dando origem a estratégias inócuas e superficiais.





FRACASSOS E SOLUÇÕES

Este relatório apontou alguns dos problemas na forma de atuação dos atores financeiros em relação a riscos e violações ambientais, que também podem ser aplicadas a outras violações de direitos relativos às suas operações – afinal, não é incomum que essas violações estejam conectadas (por exemplo, trabalho escravo e desmatamento).

Embora as instituições financeiras pareçam estar preocupadas com esses riscos ligados a suas carteiras e clientes, há evidências que apontam para operações em andamento independentemente do risco que uma empresa ou um setor possa representar para o meio ambiente.

Dado o atual contexto de eventos climáticos cada vez mais frequentes e intensos e, no Brasil, o aumento dos índices de desmatamento nos últimos anos, é urgente haver uma norma que evite a concessão de financiamentos a atividades que contribuam direta ou indiretamente para a

perda de biodiversidade e ecossistemas, e levem a emissões de GEEs. As instituições financeiras têm um papel fundamental a desempenhar, e a hora de medidas voluntárias ou regulamentações mais leves já passou há muito tempo.

A União Europeia tem dado alguns passos para fazer avançar essa questão dentro das suas fronteiras e em suas áreas de influência. Sendo um ator econômico e político tão importante, a UE e seus membros têm uma influência importante sobre o Sul Global. E considerando sua história compartilhada, os países europeus têm responsabilidade de abordar algumas das questões que ajudaram a criar.

Portanto, as normas que visem garantir que os produtos comercializados com o mercado da UE atendam aos padrões de sustentabilidade e estejam livres de danos ambientais e sociais também devem abranger o setor financeiro, pela importância tanto de seu tamanho econômico

quanto de sua pegada ambiental. Esse setor deve estar sujeito às mesmas regras que os demais.

Como este relatório demonstrou, as instituições financeiras têm um papel importante na manutenção do funcionamento do setor agrícola. Usar sua posição para demandar e exigir mais do que promessas de empresas que operam em setores de alto risco ambiental seria um passo importante.

Embora exista atualmente uma tendência a estabelecer requisitos obrigatórios para as empresas tanto em nível nacional como da UE, as instituições financeiras devem dar o exemplo, indo além do que é exigido. No caso da legislação

francesa sobre o dever de vigilância, essas instituições devem ser mais transparentes e mais específicas com relação aos setores, países ou regiões em que operam, quais são os riscos ambientais e de direitos humanos associados a elas, e o que estão fazendo para prevenir e responder a possíveis violações relacionadas às suas atividades, seus clientes e suas carteiras de investimentos.

Além disso, no caso dos instrumentos existentes, como a *Loi sur le Devoir de Vigilance*, é preciso haver espaço para melhorias constantes. Os planos de vigilância devem ir além de promessas e intenções vagas, e abordar os riscos específicos ligados a cada empresa/setor nos termos da lei. ■

Gado criado em propriedade
no estado do Mato Grosso



ANEXO

**Íntegra dos
esclarecimentos**

BNP Paribas

First of all, we cannot comment the data linked to our clients on a case-by-case basis, for confidentiality reasons. But we welcome the opportunity to bring you more information on the actions taken by our Group to fight against deforestation, in the frame of our financing and investment activities. BNP Paribas is well aware that the fight against deforestation is a priority issue, in particular to protect biodiversity and act against climate change. Convinced that financial institutions have a key role to play, BNP Paribas is thus accelerating its actions to fight against deforestation and to preserve biodiversity as a leading economic player, both individually and through collective initiatives.

This is why, as early as in 2010, BNP Paribas was a pioneering bank, with the implementation in 2010 of strict financing and investment sector policies to address ESG risks, in at-risk sectors for forests (Agriculture, Wood pulp and Palm oil sectors, for instance). These policies are binding public commitments by the Bank and their application mobilises employees around the world. They have continuously been reinforced and will regularly continue to be.

With regard to the specific issue of deforestation linked to soy and beef in the Brazilian Amazon and Cerrado regions, our Agriculture sector policy was revised in April 2021. To date, through this reinforcement, BNP Paribas is the first and only international bank to have adopted such precise, stringent and timed requirements in terms of no deforestation and traceability.

With a new commitment made in February 2021, BNP Paribas strengthened its financing and investment criteria in the soybean and beef sectors in the Amazon and Cerrado (Brazil) to accelerate the progress of its customers in terms of fighting against deforestation and ensuring traceability. As a result, BNP Paribas now only provides financial products or services only to the relevant soybean and beef producers, meat conditioners and traders who have a strategy to achieve zero deforestation in their production and supply chains by 2025 at the latest.

More specifically:

- For the Amazon, BNP Paribas does not finance clients that produce or purchase beef and soy from areas cleared or converted after 2008. Clients must thus apply a 2008 cutoff date in the Amazon, in line with regulation and sector agreements.
- For the Cerrado, BNP Paribas engages with its clients to ask them not to produce or source beef or soy from areas cleared or converted after January 1, 2020, in line with global norms.
- For all clients, BNP Paribas also requires full traceability of beef and soy supply chains (direct and indirect) by 2025.

In parallel, the Group monitors producers and traders' activities, asking to demonstrate progress on specific points by 2025:

- Applying deforestation and conversion risk assessment of their beef and soy supply chains;
- Implementing monitoring systems to map and trace their direct and indirect beef and soy supply chains in the Amazon and Cerrado;
- Regularly reporting on progress towards deforestation and conversion-free beef and soy in their supply chains; implementing supplier engagement programs to promote zero deforestation practices;
- Excluding suppliers who contravene their zero deforestation strategy;
- Publishing or providing on demand the criteria of non-compliance and the course of action for the resolution of non-compliant suppliers.

In the frame of its Agriculture policy, its clients and their progresses are being assessed every year. In the case of a possible misalignment, the companies are placed under a monitoring or eventually we can decide to end the relationship if they fail to comply with the Group's standards and commitments.

As a result, BNP Paribas is engaged in a strong dialogue with its clients in the soy and beef sectors, to accompany and encourage their transition towards more sustainable and responsible activities.

This policy has already led to concrete positive impacts, as some top tier actors with whom BNP Paribas has set up a dialogue already have brought forward their zero-deforestation target from 2030 to 2025.

We believe that only a collective commitment can be totally effective in fighting against deforestation and improve the practices of large agricultural traders involved in soybean trading. In this context, simply ceasing to fund them would have no positive impact on their practices, as they would continue to be able to rely on a number of other lenders which would largely be sufficient for their business to continue.

Also, BNP Paribas in Brazil is part of the Brazilian Business Council for Sustainable Development (CEBDS) and the Brazilian Coalition for Climate, Agriculture and Forests. Both have released collective public statements on the need to preserve the Brazilian Amazon.

Beyond agricultural activities, BNP Paribas is conscious of the need to implement effective policies for other sectors which present potential risks to forests and biodiversity. This is why, in May 2022, the Group decided to strengthen the requirements applicable to its clients' projects in the Amazon

region and committed to exclude all financing and investment in new oil and gas projects (and related infrastructures) located in IUCN I to IV or RAMSAR zones or in the Amazon Sacred Headwaters.

The Group's sector policies regularly receive recognition from various stakeholders', such as from Global Canopy in January 2021 in its 'Forest500' ranking. The UK based NGO ranked BNP Paribas in the top 5 out of 150 financial institutions assessed in terms of sustainable financing policies and deforestation criteria in a comprehensive range of agricultural commodities sectors.

Regarding question 4 about the Equator Principles application

Since 2020, BNP Paribas has been applying the 4th version of the Equator Principles (EP4), after having actively participating in the process of updating them. We would like to highlight the fact that the EP apply to Project Finance only. Classification A B, C are not based on specific sectors but rather on specific projects. Should we be asked to finance projects in the field of soy and beef, the EP would indeed apply, and assessment would be made according to the EP guidelines.

Regarding the topic of Duty of Care in question 1:

We would like to flag that In line with its CSR commitments, BNP Paribas has included in its vigilance approach ("Duty of Care", part of our Universal registration document 2021) several risks, including that of harm to the environment, and in particular the issue of deterioration of ecosystems and biodiversity.

Crédit Agricole

La politique de Crédit Agricole SA consiste à ne pas commenter les chiffres donnés par les ONG. Afin d'évaluer ce que représente le montant que vous citez dans le portefeuille de Crédit Agricole, nous vous invitons à consulter le Document d'enregistrement universel de CACIB ([lien ici](#)) ou vous trouverez les prêts bruts à la clientèle qui se montent à 168Md€ en 2021.

Crédit Agricole CIB est la première banque française à avoir adhéré au Principes d'équateur, à leur lancement en 2003. Ces Principes constituent un engagement volontaire à procéder à une analyse détaillée des aspects environnementaux et sociaux de chaque nouveau financement ou mandat de conseil relatif à un projet et à exiger que les projets soient développés et exploités en conformité avec les standards environnementaux et sociaux de la Société Financière Internationale. La politique générale RSE de CACIB est disponible [ici](#).

Crédit Agricole CIB a adopté des politiques sectorielles RSE qui explicitent les critères environnementaux et sociaux pris en compte dans les politiques de financement de la Banque. Ces critères reflètent essentiellement les enjeux sociétaux qui ont été identifiés comme les plus pertinents pour une banque

de financement et d'investissement, notamment en ce qui concerne le respect des droits humains, la lutte contre le réchauffement climatique et la préservation de la biodiversité.

Nous vous invitons à prendre connaissance de la politique sectorielle Forêt et Huile de palme de CACIB disponible [ici](#).

CACIB suit les principes « Sustainable Linked Loans Principles » disponible via ce lien [Sustainability Linked Loan Principles](#).

Les politiques sectorielles RSE publiées par Crédit Agricole SA et disponibles sur notre site dans la rubrique RSE explicitent les critères sociaux, environnementaux et sociétaux introduits dans les politiques de financement et d'investissement. Ces critères concernent notamment le respect des droits humains, la lutte contre le changement climatique et la préservation de la biodiversité.

Le Crédit Agricole ne souhaite pas commenter l'affaire citée en objet.

Société Generale

Societe Generale Group is highly concerned by the negative impacts of deforestation on local communities, water resources, biodiversity, soil fertility and, on a global scale, climate change. The Group has published 9 sector wide Environmental & Social policies ; you will find the Agriculture, fisheries and agri-food policy [here](#).

From publication of this policy until the end of 2022, the Group has engaged with its existing corporate clients active in the most sensitive sectors as regards deforestation to assess their strategies to tackle deforestation. And, according to the section 5.3 of the Agriculture, fisheries and agri-food policy, Societe Generale has committed, from 2023, to only provide financial products and services to clients with a commitment to deforestation - and conversion-free activities (own operations and supply chain) and that are committed to establish and systematize traceability in their value chain and able to report progress in terms of scope of implementation and/or percentage of achievement on an annual basis.

Since Feb. 2022, the publication date of the Agriculture, fisheries and agri-food policy, the Group refrained from onboarding prospect companies active in palm oil or South American soy and cattle sectors that are not committed to deforestation - and conversion-free activities (own operations and supply chain) nor committed to establish and systematize traceability in their value chain.

Regarding Sustainability-Linked Loans & Bonds, you will find further information on our website, we also confirm that we follow market standards (SLL Principles) in the structuring and analysis of Sustainability-Linked Loans.

In terms of Ethics & Governance, Societe Generale has published a Group's transversal statement on Human Rights. The Group is committed to the respect and promotion of human rights, as one of the foundations of its E&S Risk management system. Societe Generale is aware of its role in preventing serious human rights breaches, both in its activities and for the risks directly associated to its purchases or its products and services. The Group has enshrined the respect and protection of human rights in its Code of Conduct and in its E&S General Principles and develops E&S Sector Policies, processes and operational procedures to implement these commitments towards human rights.

Bunge

Bunge's commitment to be free of deforestation and native vegetation conversion in the value chains in 2025 is a central part of company's business strategy and planning and encompasses geographies where deforestation is considered a higher risk; such as areas in Brazil's Cerrado.

Bunge does not source soy from illegally deforested areas and, in priority regions in Brazil, has leading traceability and monitoring data of its direct and indirect purchases - we have over 12,000 farms monitored, reaching more than 16 million hectares. Our monitoring uses cutting-edge satellite technology and is capable of identifying changes in land use and soy planting on each of the farms we source from. We also check whether the farm has capacity to provide the volume that has been purchased.

Regarding our operations in the Amazon biome, we have strictly followed the procedures of the Soy Moratorium since its inception. In all audits carried out by the initiative, performed by third parties, Bunge was 100% in compliance with the commitment.

Bunge is committed to a sustainable supply chain and to respect current legislation. Through its Supplier Relationship Policy, the company maintains strict control of social and environmental criteria over its operations in Brazil. The monitoring actions include daily and automatic checks on the available noncompliance public lists of embargoed areas and the Ministry of Labor and Social Security as well as the Soy Moratorium, besides other legal requirements and formally assumed commitments.

We also make our expertise and technology available to our partners. In 2021, the Company launched Bunge Sustainable Partnership, an unprecedented program that helps resellers implement supply chain verification systems, including satellite and farm-scale images in the Cerrado region of Brazil. Resellers can adopt independent imaging services or use Bunge's geospatial monitoring structure at no cost. With the engagement of resellers, Bunge, which already has approximately 64% of traceability and monitoring of its indirect purchases in the Cerrado, expects to reach 100% in 2025.

Bunge is committed to reaching deforestation-free supply chains in 2025. We were the first to announce the most ambitious commitment at our scale in our industry and we will continue to use our market position to lead the industry's progress in this direction. This commitment extends to all regions where we operate including our direct and indirect sourcing.

Using our protocols, Bunge is a leader in supplying deforestation-free products to the market, going beyond current consumption demands. Our soy certification portfolio includes the Round Table on Responsible Soy (RTRS), Biomass Biofuel Sustainability Voluntary Scheme (2BSvs), ProTerra, among others.

We also aim to be an accountable leader within our industry, helping to raise the bar on our sector's performance by regularly tracking and disclosing progress on our commitments and performance. Since 2016 we have been publishing regular updates about traceability and our non-deforestation commitment. We are the only company in our sector to produce these reports and over this length of time. Our latest progress report for soy can be viewed [here](#).

Bunge will continue to work to advance leading standards and to develop practical and sustainable approaches. This is part of our strategy, and we will remain committed to this journey.

Marfrig

1) A Marfrig não assinou o TAC da Carne em todos os estados da Amazônia Legal, embora publicamente diga que todas as suas unidades cumprem com os requisitos deste acordo. A empresa quer se manifestar?

R: Em 2010, a Marfrig assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da pecuária, junto ao Ministério Público Federal em Mato Grosso, envolvendo toda a Amazônia Legal e abrangendo os mesmos critérios preconizados no compromisso público da Amazônia, assinado no ano anterior junto ao Greenpeace.

Ou seja, desde 2009, a companhia se comprometeu a não adquirir animais provenientes de áreas de desmatamento, terras indígenas, unidades de conservação, áreas embargadas pelo Ibama e fazendas com condições de trabalho análogas à escravidão. Esse compromisso é objeto de auditoria de terceira parte anualmente, para a qual os resultados são de conformidade em todos os critérios. Esses relatórios são públicos e estão disponíveis no site da Marfrig.

Portanto, tanto o TAC no Mato Grosso (2010) quanto o pacto anterior assumido pela Marfrig (2009) fazem com que a política de compra de gado da empresa seja replicada para todos os estados localizados na Amazônia Legal, o que incluiu o Pará (enquanto a Marfrig manteve operação nesse local). Vale ressaltar, no entanto, que a Marfrig não origina mais animais nesse estado desde março de 2020, quando encerrou suas operações no Pará.

Em 2010, a Marfrig implementou um sistema de geomonitoramento via satélite que rastreia 30 milhões de hectares, uma área maior do que o Estado de São Paulo. Ao longo dos anos, esse sistema vem se aprimorando e, desde 2020, com o Plano Marfrig Verde+, atinge com mais efetividade a cadeia produtiva como um todo, incluindo produtores indiretos.

Além dessas ações em curso ao longo de mais de uma década, a Marfrig participou ativamente do desenvolvimento do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia, liderado pelo Ministério Público Federal e coordenado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo. Esse protocolo incorpora todos os critérios e requisitos do TAC, além de outros aspectos fundamentais que englobam a manutenção da biodiversidade daquela região. Dessa forma, a Marfrig atende, em sua política de compra, todos estes requisitos citados acima – compromisso com o Greenpeace, TAC da pecuária no MPF-MT e Protocolo da Amazônia.

2) Em 2017, a Marfrig foi condenada por oferecer suborno a inspetores de suas plantas de abate. A empresa quer se manifestar?

R: Não existe qualquer ação que trate de suborno à inspeção federal. Existe, sim, uma ação judicial que ainda não transitou em julgado em relação a Marfrig e que questionou a sistemática de contratação de técnicos por parte da prefeitura de Tangará da Serra.

3) Nós analisamos os planos de devida diligência apresentados por bancos franceses que financiam a indústria da carne no Brasil, uma obrigação legal segundo uma lei da França. Entre eles, o BNP Paribas, que possui investimentos em ações e bond issuance na Marfrig, segundo levantamento da coalizão Florestas e Finanças. Neste sentido, solicitamos seus comentários sobre os seguintes fatos:

a) O banco afirma em suas políticas que “não fornecerá produtos ou serviços financeiros a empresas (produtores de carne, embaladores, processadores e comerciantes) que não possuam estratégia para atingir o desmatamento zero em suas cadeias de produção e fornecimento até 2025. Mas a Marfrig anunciou planos de desmatamento zero até 2025 apenas para a Amazônia, enquanto em outros biomas a meta é 2030. Como a Marfrig explica essa contradição?

R: Vale lembrar que o compromisso da Marfrig com o desmatamento teve início em 2009 e, desde então, a empresa tem investido para desenvolver diversas ações nesse sentido que podem ser comprovadas.

No Plano Marfrig Verde +, lançado em julho de 2020, a Marfrig reafirma seu compromisso com o desmatamento e a conversão zero para todos os biomas ao longo de toda sua cadeia de fornecimento, envolvendo fornecedores diretos e indiretos. Para a Amazônia, a meta é 2025, sendo que até o momento já obtivemos 72% de controle de fornecedores indiretos. Para os demais biomas, cuja meta é 2030, a Marfrig vem fazendo todos os esforços para que essa entrega ocorra antecipadamente, tanto que, para o Cerrado, por exemplo, já obtivemos o índice de 73% de controle de fornecedores indiretos nesse bioma.

Ressaltamos ainda que a Marfrig já controla 100% de seus fornecedores diretos em todos os biomas.

b) O BNP também diz que “não financiará clientes que produzem ou compram carne bovina e soja em/para áreas desmatadas ou convertidas após 2008” e que exige rastreabilidade completa de seus clientes. No entanto, para os produtores indiretos, o Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos sugere a adoção de 2019 como data de corte para averiguar o desmatamento neste elo da cadeia e permite a tolerância de até uma fazenda desmatada entre fornecedores indiretos de frigoríficos. A Marfrig adota critérios diferentes dos sugeridos pelo GTFI? Em caso afirmativo, quais?

R: A Marfrig já adota a data de corte de 2008 para fornecedores diretos na Amazônia. Quanto aos indiretos, a companhia utiliza os critérios do GTFI, porém, com maior grau de restrição que as regras de boas práticas propostas por esse grupo, uma vez que aplicamos o protocolo a todos fornecedores indiretos, independentemente do tamanho da propriedade ou da quantidade de fornecedores que não estejam aderentes.

4- O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) abandonou um acordo de empréstimo com a Marfrig após pressões de organizações internacionais, pois não ficou satisfeito com o plano Verde+ após realizar o processo de devida diligência nesta estratégia. Isso coloca em dúvida outros investimentos que a empresa receba?

R: Conforme manifestação anterior à **Repórter Brasil**, em 5 de julho de 2022, a Marfrig informa que a suspensão do processo de concessão de um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ocorreu por decisão mútua em função de um desacordo entre as partes sobre as condições financeiras propostas e o parâmetro utilizado para a medição de emissões de gases do efeito estufa no escopo 3. A Marfrig tem suas metas baseadas em metodologia científica submetidas e aprovadas pela Science Based Targets Initiative, enquanto a instituição financeira trabalha com outras metodologias. A adoção da metodologia e dos critérios aceitos pelo SBTi é condição necessária para qualquer KPI (Key Performance Indicator) numa eventual operação financeira com a Marfrig. A companhia reforça ainda que o Plano Marfrig Verde+ não foi um impeditivo para o prosseguimento da proposta junto ao BID. Qualquer informação diferente desta não é verdadeira.

5- A respeito dos investimentos específicos do BNP Paribas na Marfrig, gostaríamos que comentassem:

a- Em 2021, o BNP Paribas atuou como Joint Bookrunner e Underwriter em uma operação de emissão de bonds com fins corporativos gerais nos quais destinou US\$ 61 milhões, além de ter adquirido a parcela de US\$ 452 dos bonds. No final daquele ano, a Marfrig destacou como investimentos estratégicos realizados, a expansão de sua unidade de Várzea Grande, que em 2019 foi o destino de centenas de animais vendidos por um fazendeiro multado por desmatamento ilegal. A receita advinda do bond em questão foi utilizada na expansão desta unidade envolvida com ilegalidades anteriormente?

R: A informação de que a unidade de Várzea Grande (MT) tenha recebido animais de um fazendeiro que não cumpriria os nossos critérios socioambientais de compra não procede. Ressaltamos que, no momento de toda e qualquer negociação, verificamos a conduta dos fornecedores quanto a não desmatamento; não sobreposição com áreas embargadas, não sobreposição a Unidades de Conservação, não sobreposição a terras indígenas, e não constar em “lista do trabalho escravo”. Somente após a aferição desses critérios as compras são realizadas. Caso haja uma não conformidade, o fornecedor é bloqueado e a aquisição não é realizada.

Além disso, todas as unidades em operação no bioma Amazônia, inclusive Várzea Grande, foram auditadas por terceira parte, sendo que os respectivos relatórios de auditoria são públicos.

b- Em 2019, a Marfrig lançou um bond que deveria marcar seu ingresso no universo dos green bonds (com o apoio do BNP). Mas de acordo com a Reuters, essa perspectiva foi abandonada diante da dificuldade da empresa de atender aos padrões que essa emissão exige. Ao invés disso, o título foi substituído por um “sustainable transition bond”, que refletiria de forma mais adequada os esforços da empresa de melhorar as práticas socioambientais em sua cadeia produtiva. A empresa confirma essa mudança?

R: A Marfrig ingressou efetivamente no universo dos green bonds naquele momento. À época, analisando as opções de Sustainability Bonds preconizados pelos “The Green Bonds Principles” e também pelo “Climate Transition Finance”, verificou-se que a operação mais adequada para aquele momento era justamente o “Sustainable transition bond”. A decisão veio, portanto, em função do grau de adequação da operação financeira com o propósito da utilização dos recursos.

c) Ainda segundo a Reuters, como não há regras claras para este tipo de bond (sustainable transition), o título da Marfrig estaria sujeito a abusos. Como o frigorífico vê essa afirmação?

R: A afirmação não procede. Há, sim, regras claras para a operação realizada. A operação da Marfrig seguiu os preceitos preconizados pelo Green Bond Principles. São eles: 1) Use of proceeds; 2) Processo for Project Evaluation and Selection; 3) Management of proceeds e 4) Reporting – todos presentes no documento “Marfrig Sustainable Transition Bond Framework overview”, e cuja verificação foi realizada por meio de second party opinion efetivada pela Vigeo Eiris.

Reforçamos que, conforme parecer de second party opinion, o “Sustainable Transition Bond” está alinhado com os critérios core do Green and Social Bond Principles voluntary guidelines (June 2018) – dessa forma, é absolutamente improcedente a colocação de que a operação em questão estaria sujeita a abusos.

d) De acordo com o prospecto, a Marfrig esperava levantar US\$ 495.978.000 com a oferta desse bond, já que US\$ 4 milhões iriam para “despesas e comissões”. O prospecto também indica que os títulos de transição pagariam juros de 6,625% duas vezes por ano – em 6 de fevereiro e 6 de agosto – com início em

fevereiro de 2020. Qual foi o valor pago ao BNP pelos serviços de Global Coordinator e Bookrunner? Como comprador inicial, o BNP recebeu remuneração em juros da oferta? Qual foi o valor desse pagamento?

R: A Marfrig não comenta valores envolvidos na contratação de serviços financeiros específicos.

e) O BNP Paribas também foi o Sustainability Advisor da operação. Quais eram suas tarefas e qual foi a remuneração paga por este serviço?

R: A Marfrig não comenta valores envolvidos na contratação de serviços financeiros específicos.

f) No prospecto do título, a Marfrig definiu que 100% das compras de gado financiadas pela emissão viriam de áreas ambientalmente corretas, ou seja, não viriam de fazendas desmatadas ou de fazendas que violam terras indígenas e unidades de conservação. Entretanto, ao listar os riscos da operação, a empresa admite que “algumas propriedades fornecedoras não atendem a estas leis e regulamentos ambientais”. De fato, um mês após a oferta pública do título de transição, a **Repórter Brasil** revelou que as instalações da Marfrig em Tucumã (no Estado do Pará) haviam recebido gado de um fazendeiro ilegal operando em uma área embargada. O embargo foi publicado no site do Ibama em janeiro de 2019, antes do lançamento do título no mercado financeiro. Como a empresa explica essa contradição nos próprios termos postos pela operação? A empresa avalia que está cumprindo com o que se propôs no prospecto do título?

R: A Marfrig reafirma que todas as suas compras somente são realizadas após verificar que as respectivas fazendas atendem 100% de seus critérios de compra, coibindo que a matéria prima adquirida seja oriunda de fazendas localizadas em áreas de desmatamento ou embargadas, unidades de conservação, terras indígenas ou mesmo com uso de trabalho escravo, de acordo com compromissos públicos assumido pela empresa.

Além disso, todas as unidades em operação no bioma Amazônia – inclusive Tucumã (PA) enquanto operou – foram auditados por terceira parte, sendo que os respectivos relatórios de auditoria são públicos.

Portanto a Marfrig ressalta que não há nenhuma ilegalidade nas operações de compra direta de gado na referida unidade.

g) O Parecer de Segunda Parte para esta operação, feito por Vigeo Eiris, indicou que a capacidade da Marfrig de administrar e mitigar os riscos ambientais e sociais associados às metas da emissão “não era totalmente confiável”. A Marfrig concorda?

R: A Marfrig tem plena consciência dos desafios da cadeia produtiva da pecuária e reconhece seu papel como importante agente de transformação para estimular os processos de produção, preservação e inclusão na cadeia pecuária brasileira.

Todos os compromissos ambientais divulgados pela Marfrig desde 2009 foram mantidos, e mais, ampliados – como pode ser visto no Plano Marfrig Verde +, lançado em julho de 2020, que possui uma visão clara para os próximos anos, tratando do abastecimento (fornecedores diretos e indiretos) em um cronograma progressivo disponível publicamente, para cumprir o compromisso de obter 100% do desmatamento da cadeia produtiva do Bioma Amazônia em 2025 e, em 2030, para os demais biomas.

Para as metas de emissão de gases de efeito estufa, principalmente escopo 3, a Marfrig é a única empresa do setor que incorpora a contabilização das emissões por fermentação entérica e agora utiliza também a metodologia FLAG (Forest, Land and Agriculture), publicada recentemente pelo SBTi (Science Based Target Initiative), entidade de autoridade mundial que aprovou as metas da Marfrig.

JBS

A JBS está comprometida com a sustentabilidade em todos os biomas em que opera e vem contribuindo com diversas iniciativas que têm o mesmo objetivo. O relatório da **Repórter Brasil**, no entanto, se baseia em um apanhado de informações e reportagens antigas, algumas de mais de cinco anos atrás, todas já devidamente respondidas pela empresa. Portanto, o levantamento não contribui com nosso objetivo comum de promover uma produção de alimentos cada vez mais sustentável.

Entre as informações antigas e equivocadas está um estudo sobre as emissões de gases de efeito estufa de empresas do setor de carne e laticínios, incluindo a JBS. Os autores se basearam em relatório do IATP que já foi analisado e teve seus erros metodológicos estabelecidos, conforme documentos anexados, e da FAO, que também já foi desqualificado globalmente, inclusive com admissão dos autores sobre a falha metodológica. Também chama a atenção o número de referências bibliográficas antigas, chegando até 2004, com apenas uma referência de 2021 – não ligada à pecuária.

Portanto, qualquer conclusão a partir desse estudo seria equivocada. A JBS reconhece sua responsabilidade perante o desafio de descarbonizar a produção de alimentos, tanto que foi pioneira no setor ao assumir o compromisso de se tornar Net Zero até 2040. Vai cumpri-lo seguindo a ciência.

A **Repórter Brasil** também fez questionamentos sobre os esforços da JBS para expandir o monitoramento socioambiental para os fornecedores de seus fornecedores. A estratégia da Companhia segue as recomendações preconizadas nas Boas Práticas do Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos – GTFI, organização multissetorial composta de diversos segmentos da sociedade, inclusive do terceiro setor e de universidades de renome internacional, demonstrando ser a mais recomendada e aceita pelos atores envolvidos nas questões conservacionistas relativas à pecuária no Brasil.

Minerva

POSICIONAMENTO

A sustentabilidade está no centro de nossa estratégia e é um pilar prioritário na Minerva Foods.

Como parte de nossas iniciativas para combater as mudanças climáticas e proteger os ecossistemas, anunciamos, em 2021, o nosso Compromisso com a Sustentabilidade, focado na descarbonização da cadeia produtiva e no combate ao desmatamento ilegal. Atualmente, monitoramos 100% dos nossos fornecedores diretos no Brasil e no Paraguai, 90% deles na Argentina e mais de 40% na Colômbia.

Destacamos que obtivemos os melhores resultados entre as empresas líderes do setor na última auditoria do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA). Esta auditoria é a única verificação de terceira parte da cadeia com a supervisão do MPF, sendo a principal e mais confiável avaliação do controle de desmatamento na Amazônia por parte dos frigoríficos.

Reiteramos, ainda, que o mesmo compromisso e práticas adotadas na região do Pará são replicadas em todas as regiões em que mantemos operação e comercialização com fornecedores diretos.

Com foco no monitoramento das fazendas fornecedoras indiretas, o maior desafio de todo o setor, demanda não apenas investimento em ferramentas, mas também o engajamento de toda a cadeia de valor para garantir a rastreabilidade completa do gado. A maior dificuldade para o avanço neste desafio ainda está relacionada à falta de acesso ou mesmo inexistência de dados oficiais para a verificação de outros níveis da cadeia de valor.

Temos como meta desenvolver e implementar um programa de monitoramento em todos os países de operação na América do Sul até 2030.

De forma pioneira no setor, avançamos com medidas para avaliar e monitorar a cadeia de fornecedores indiretos com o Visipeq, uma ferramenta que funciona de forma complementar e que avalia riscos relacionados a esses fornecedores. Desde 2020, realizamos testes com a tecnologia desenvolvida pela National Wildlife Federation NWF, em parceria com o Gibbs Land-Use and Environment Lab da Universidade de Wisconsin-Madison ("UW"), e que atualmente é gerenciada pela National Wildlife Federation (NWF). Os resultados demonstram conformidade de 99,7%, e analisaram 2.833 fornecedores indiretos e 1.740 fornecedores diretos - uma relação total de 1,6 fornecedor indireto para cada fornecedor direto da operação.

Adicionalmente, entendemos que o esforço para combater o desmatamento ilegal deve ser coletivo e para engajar a cadeia produtiva nesse movimento, lançamos o SMGeo Prospec um aplicativo que coloca na palma da mão do produtor rural a mesma tecnologia que utilizamos para monitorar

nossos fornecedores diretos, incentivando que nossos parceiros também avaliem a conformidade socioambiental de seus próprios fornecedores na tomada de decisão.

Seguimos com esforços contínuos em melhorias de nossos processos e sistemas, buscando tecnologias que possam agregar à rastreabilidade da cadeia. Somado a isso, trabalhamos em conjunto com organizações independentes, entidades e associações que apoiam o desenvolvimento sustentável da pecuária no Brasil e nos demais países em que mantemos operações, orientados pelas melhores práticas produtivas e que respeitem o meio ambiente e a sociedade.

NOTAS

- 1 Jornal da USP, "Se nada for feito, colapso climático é iminente", 2021: <https://jornal.usp.br/atualidades/ipcc-se-nada-for-feito-colapso-climatico-e-iminente/>
- 2 "Rios voadores" é uma expressão que descreve um fenômeno meteorológico conhecido tecnicamente como "jatos de baixos níveis", ou seja, correntes de ar que transportam vapor de água pela Amazônia e pelo flanco leste dos Andes em direção a outras regiões do Brasil e até o norte Argentina. Veja mais aqui: <http://riosvoadores.com.br/english/the-flying-rivers-phenomenon/>
- 3 BBC, "Desmatamento avança no Cerrado e faz crescer risco de apagão elétrico no Brasil", 2021: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57507268>
- 4 Instituto Centro de Vida (ICV), "Em onze anos, 92% do desmatamento em fazendas de soja de Mato Grosso foi ilegal", 2022: <https://www.icv.org.br/2022/02/em-onze-anos-92-do-desmatamento-em-fazendas-de-soja-de-mato-grosso-foi-ilegal/>
- 5 IPAM Amazônia, "Pastagem ocupa 75% da área desmatada em terras públicas na Amazônia", 2021: <https://ipam.org.br/pastagem-ocupa-75-da-area-desmatada-em-terras-publicas-na-amazonia/>
- 6 WWF, "Nature is threatened by unsustainable production and consumption of soy": https://wwf.panda.org/discover/our_focus/food_practice/sustainable_production/soy/
- 7 G1, "Amazônia Legal tem o maior desmatamento em 15 anos, aponta Imazon", 2022: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/08/17/amazonia-legal-tem-o-maior-desmatamento-em-15-anos-aponta-imazon.ghtml>
- 8 O Eco, "Governo esconde aumento de 8% na destruição do Cerrado", 2022: <https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/>
- 9 Greenpeace, "Relatório conecta gigantes do agronegócio ao desmatamento no Cerrado", 2018: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/relatorio-conecta-gigantes-do-agronegocio-ao-desmatamento-no-cerrado>
- 10 O Eco, "Cerrado tem recorde de queimadas em maio; número é o maior desde 1998", 2022: <https://oeco.org.br/noticias/cerrado-tem-recorde-de-queimadas-em-maio-numero-e-o-maior-desde-1998/>
- 11 Jornal Nacional, 2022: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/23/amazonas-atraversa-a-pior-temporada-de-queimadas-em-25-anos.ghtml>
- 12 G1, 2022: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/09/01/amazonia-tem-pior-agosto-de-queimadas-dos-ultimos-12-anos.ghtml>
- 13 Boi na Linha - Transparência: <https://www.boinalinha.org/transparencia>
- 14 https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf
- 15 Greenpeace, "Cai a floresta, cresce o pasto", 2019: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cai-a-floresta-cresce-o-pasto/>
- 16 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Amazônia Legal": <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>
- 17 Repórter Brasil, "A grana que alimenta o boi", p. 4, 2020: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Monitor-Grana-e-Pecu%C3%A1ria-2020-PT.pdf> produto
- 18 Imazon, "Políticas para desenvolver a pecuária na Amazônia sem desmatamento", 2021: <https://imazon.org.br/publicacoes/politicas-para-desenvolver-a-pecuaria-na-amazonia-sem-desmatamento>
- 19 MAPBIOMAS, "Dados sobre fiscalização mostram que impunidade ainda predomina no combate ao desmatamento", 2022: <https://mapbiomas.org/dados-sobre-fiscalizacao-mostram-que-impunidade-ainda-predomina-no-combate-ao-desmatamento>
- 20 Repórter Brasil, "Falhas no controle de frigoríficos colocam em xeque promessas de combate ao desmatamento", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/falhas-no-controle-de-frigorificos-colocam-em-xeque-promessas-de-combate-ao-desmatamento/>
- 21 O Eco, "Mapas, satélites e trajeto do boi: saída para reduzir desmatamento já opera no Brasil", 2020: <https://oeco.org.br/reportagens/satelites-mapas-e-trajeto-do-boi-saida-para-reduzir-desmatamento-ja-opera-no-brasil/>
- 22 Repórter Brasil, 2022, "De olhos fechados para o desmatamento": <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/220902-Monitor-Pecu%C3%A1ria-PT-06.pdf>
- 23 Segundo informações apresentadas pelas empresas à Repórter Brasil: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/integra-dos-posicionamentos-de-jbs-marfrig-minerva-e-banco-interamericano-de-desenvolvimento/>
- 24 Segundo monitoramento apresentado pelo Imafloira em <https://www.boinalinha.org/transparencia>.
- 25 Repórter Brasil, "Área incendiada no 'Dia do Fogo' foi transformada em plantação de soja", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/area-incendiada-no-dia-do-fogo-foi-transformada-em-plantacao-de-soja>
- 26 Hannah Ritchie e Max Roser, "Forests and Deforestation", 2021: <https://ourworldindata.org/soy#is-soy-production-driving-deforestation>

- 27 Veja: Arnaldo Carneiro Filho e Karine Costa, "The expansion of soybean production in the Cerrado: Paths to sustainable territorial occupation, land use and production", 2016: https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/11/The-expansion-of-soybean-production-in-the-Cerrado_Agroicone_INPUT.pdf; Nature, "A Business Case for Sustainable Soy", 2019: <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/business-case-for-sustainable-soy-brazil-cerrado/>; Feltran-Barbieri Rafael e Féres José Gustavo, "Degraded pastures in Brazil: improving livestock production and forest restoration", 2021: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsos.201854>; Climate Policy Initiative, "Increasing Cattle Productivity in the Amazon Requires New Technologies", 2021: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/increasing-cattle-productivity-in-the-amazon-requires-new-technologies/>
- 28 O Eco, "Governo esconde aumento de 8% na destruição do Cerrado", 2022: <https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado>
- 29 Trase, Imaflores and Instituto Centro de Vida, "Illegal deforestation and Brazilian soy exports: the case of Mato Grosso", 2020: http://resources.trase.earth/documents/issuebriefs/TraseIssueBrief4_EN.pdf
- 30 Mongabay, "Estudo aponta soja como responsável por quase um terço do desmatamento em Mato Grosso", 2020: <https://brasil.mongabay.com/2020/08/estudo-aponta-soja-como-responsavel-por-quase-um-terco-do-desmatamento-em-mato-grosso/>
- 31 Repórter Brasil, "Cargill compra soja de fazenda que desmatou na Amazônia e descumpre pacto do setor", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/cargill-compra-soja-de-fazenda-que-desmatou-na-amazonia-e-descumpre-pacto-do-setor/>
- 32 Repórter Brasil, "'Soja-pirata' cultivada na Amazônia acelera desmatamento e tem participação de gigantes do agro", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/soja-pirata-cultivada-na-amazonia-acelera-desmatamento-e-tem-participacao-de-gigantes-do-agro/>
- 33 BBC, "'Moratória da soja' no Cerrado evitará desmatamento de área maior que a Bélgica, diz estudo", 2019: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49014494>
- 34 Conexão Planeta, "Conselho de Direitos Humanos da ONU alerta sobre enfraquecimento de leis ambientais no Brasil durante a pandemia", 2021: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/conselho-de-direitos-humanos-da-onu-alerta-sobre-enfraquecimento-de-leis-ambientais-no-brasil-durante-a-pandemia/>
- 35 Transparency International, "Weak Land Governance, Fraud and Corruption: Fertile Ground for Land Grabbing", 2021: <https://landportal.org/library/resources/weak-land-governance-fraud-and-corruption-fertile-ground-land-grabbing>
- 36 Senado Brasil, 2022, "Comissão de Meio Ambiente debate fraude do Cadastro Ambiental Rural para grilagem": <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/23/cma-debate-fraude-do-cadastro-ambiental-rural-para-grilagem>
- 37 O Eco, "Operações em paraísos fiscais engordam cofre de frigoríficos em R\$ 49 bilhões", 2021: <https://oeco.org.br/reportagens/operacoes-em-paraisos-fiscais-engordam-cofre-de-frigorificos-em-r-49-bilhoes/>
- 38 BBC Brasil, 2017, "Guia da delação da JBS: entenda as acusações que abalaram o mundo político": <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39983080>
- 39 G1, 2017, "Juíza condena deputado e frigorífico por fraude em inspeção sanitária": <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/juiza-condena-deputado-e-frigorifico-por-fraude-em-inspecao-sanitaria.html>
- 40 The World Bank, Agriculture Overview, 2022: <https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/overview>
- 41 Todas as cifras em dinheiro contidas neste relatório foram convertidas a dólares dos Estados Unidos, segundo a taxa de câmbio de 29 de junho de 2022: US\$ 1= R\$ 5,24.
- 42 CEPEA-Esaiq, "PIB do Agronegócio Brasileiro": [https://cepea.esaiq.usp.br/upload/kceditor/files/Planilha_PIB_Cepea_Portugues_Site%20\(4\).xlsx](https://cepea.esaiq.usp.br/upload/kceditor/files/Planilha_PIB_Cepea_Portugues_Site%20(4).xlsx)
- 43 Artigo "Agro is not tech, agro is not pop, let alone everything", 2021: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>
- 44 XAVIER, L., PENHA, T. "A trajetória recente do financiamento agropecuário nacional." Revista de Política Agrícola, outubro de 29, 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1510>.
- 45 O Eco, "BNDES poderia ter mudado o curso do desmatamento na Amazônia, mas lavou as mãos", 2020: <https://oeco.org.br/reportagens/bndes-poderia-ter-mudado-o-curso-do-desmatamento-na-amazonia-mas-lavou-as-maos>.
- 46 Valor Econômico, "Entenda o que é ESG e por que a sigla é importante para as empresas", 2022: <https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2022/02/21/entenda-o-que-e-esg-e-por-que-a-sigla-esta-em-alta-nas-empresas.ghtml>
- 47 Mongabay, "Frigorífico cresce com ajuda do Banco Mundial, mas falha em reduzir impacto na Amazônia", 2020: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/frigorifico-cresce-com-financiamento-do-banco-mundial-mas-falha-em-reduzir-os-impactos-na-amazonia/>

- 71 UOL, 2022, "Deputados vão ao TCU contra empréstimo do BNDES a desmatadores da Amazônia": <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/16/deputados-va0-tcu-contra-emprestimo-do-bndes-a-desmatadores-da-amazonia.htm>
- 72 Repórter Brasil, 2022, "BNDES empresta R\$ 29 mi para desmatadores da Amazônia financiarem tratores": <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/bndes-empresta-r-29-mi-para-desmatadores-da-amazonia-financiam-tratores/>
- 73 Repórter Brasil, "BNDES empresta R\$ 29 mi para desmatadores da Amazônia financiarem tratores", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/bndes-empresta-r-29-mi-para-desmatadores-da-amazonia-financiam-tratores/>
- 74 Repórter Brasil, "BNDES financia frigoríficos que compram de fazendas desmatadas e usam mão de obra escrava", 2021: <https://reporterbrasil.org.br/2021/10/bndes-financia-frigorificos-que-compram-de-fazendas-desmatadas-e-usam-mao-de-obra-escrava/>
- 75 Veja "Circular nº 57/2021" e "Circular nº 58" do BNDES: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/bddcc60c-1e59-481e-906a-0781466dd4aa/21Cir57+Auditoria+de+Frigorificos.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_7QGCHA41LORVA0AH01SI051085-bddcc60c-1e59-481e-906a-0781466dd4aa-nTzPaG4 and https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/d3ff03cb-c674-4bb8-b393-89fbd5b62c5a/21Cir58+Auditoria+de+Frigorificos+-+Cart%C3%A3o+BNDES.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_7QGCHA41LORVA0AH01SI051085-d3ff03cb-c674-4bb8-b393-89fbd5b62c5a-nTzPkB5
- 76 Business and Human Rights Resource Centre, "French Duty of Vigilance Law - English translation", 2016: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/french-duty-of-vigilance-law-english-translation/>
- 77 Business & Human Rights Resource Centre: https://www.business-humanrights.org/documents/7492/Texte_PPL_EN-US.docx
- 78 Código Comercial: <https://wipolex-res.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/fr/fr199en.html>
- 79 European Coalition for Corporate Justice, "French Corporate Duty of Vigilance Law: Frequently Asked Questions", 2017: <https://respect.international/wp-content/uploads/2017/10/french-corporate-duty-of-vigilance-law-faq.pdf>
- 80 Business and Human Rights Resource Centre, "French Duty of Vigilance Law - English translation", 2016: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/french-duty-of-vigilance-law-english-translation>
- 81 Business and Human Rights Resource Centre, "French Duty of Vigilance Law - English translation", 2016, Article 1: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/french-duty-of-vigilance-law-english-translation>
- 82 European Coalition for Corporate Justice, "French Corporate Duty of Vigilance Law: Frequently Asked Questions", 2017: <https://respect.international/wp-content/uploads/2017/10/french-corporate-duty-of-vigilance-law-faq.pdf>
- 83 Repórter Brasil, 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/10/maior-banco-da-franca-e-denunciado-por-financiar-crimes-socioambientais-na-amazonia/>
- 84 Repórter Brasil, "Ligação com desmatamento e trabalho escravo pode levar McDonald's à Justiça francesa", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/03/ligacao-com-desmatamento-e-trabalho-escravo-pode-levar-mcdonalds-a-justica-francesa/>
- 85 Repórter Brasil, "A devida diligência corporativa em direitos humanos e meio ambiente", 2021: <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/a-devida-diligencia-corporativa-em-direitos-humanos-e-meio-ambiente/>
- 86 Repórter Brasil, "Ligação com desmatamento e trabalho escravo pode levar McDonald's à Justiça francesa", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/03/ligacao-com-desmatamento-e-trabalho-escravo-pode-levar-mcdonalds-a-justica-francesa/>
- 87 El País, "Índigenas da Colômbia e do Brasil processam rede de supermercados Casino por desmatar Amazônia", 2021: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-03/indigenas-da-colombia-e-do-brasil-processam-rede-de-supermercados-casino-por-desmatar-amazonia.html>
- 88 Referências: RFI, "ONG denuncia envolvimento do grupo francês Casino no desmatamento da Amazônia", 2020: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20200630-ong-denuncia-envolvimento-do-grupo-franc%C3%AAAs-casino-no-desmatamento-da-amaz%C3%B4nia>; Envolv-Vert, Courrier Casino, 2020: <https://q8q3s6i5.stackpathcdn.com/wp-content/uploads/2020/06/courrier-Casino.pdf>; Envolv-Vert, "Beef Report June 2020": http://envolv-vert.org/wp-content/uploads/2020/07/Beef-Report_June-2020_Casino.pdf
- 89 Business and Human Rights Resource Centre, "Dutch Senate votes to adopt child labour due diligence law", 2019: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/dutch-senate-votes-to-adopt-child-labour-due-diligence-law>
- 90 Act of Corporate Due Diligence Obligations in Supply Chains of July 16, 2021: https://www.csr-in-deutschland.de/SharedDocs/Downloads/EN/act-corporate-due-diligence-obligations-supply-chains.pdf?jsessionid=F27F790042726D254D003FBEC6E1A20F.delivery1-master?__blob=publicationFile
- 91 Ministry of Children and Families, "Act relating to enterprises' transparency and work on fundamental human rights and decent working conditions (Transparency Act)": <https://lovdata.no/dokument/NLE/lov/2021-06-18-99>

- 92 European Commission, "Just and sustainable economy: Commission lays down rules for companies to respect human rights and environment in global value chains", 2020: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1145
- 93 Center for Strategic and International Studies, "European Union Releases Draft Mandatory Human Rights and Environmental Due Diligence Directive", 2022: <https://www.csis.org/analysis/european-union-releases-draft-mandatory-human-rights-and-environmental-due-diligence>
- 94 European Commission, "Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Corporate Sustainability Due Diligence and amending Directive (EU) 2019/1937", 2022: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:bc4dcea4-9584-11ec-b4e4-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1&format=PDF
- 95 Para informações sobre quais grupos estarão abrangidos pela proposta, veja Artigo 2. European Commission, "Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Corporate Sustainability Due Diligence and amending Directive (EU) 2019/1937," 2022: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:bc4dcea4-9584-11ec-b4e4-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1&format=PDF
- 96 Anti-Slavery International, "Anti-Slavery International analysis of the European Commission proposal for a Directive on corporate sustainability due diligence," 2022: https://www.antislavery.org/wp-content/uploads/2022/05/ASI_CS3D_.pdf
- 97 https://environment.ec.europa.eu/publications/proposal-regulation-deforestation-free-products_en
- 98 <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220909IPR40140/climate-change-new-rules-for-companies-to-help-limit-global-deforestation>
- 99 <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220909IPR40140/climate-change-new-rules-for-companies-to-help-limit-global-deforestation>
- 100 <https://www.fern.org/publications-insight/european-parliament-champions-indigenous-peoples-rights-in-landmark-deforestation-law-2558/>
- 101 Forests & Finance, acessado em fevereiro de 2022: <https://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2021/09/210922-Forests-Finance-dataset.csv>
- 102 BNP Paribas, "Document d'enregistrement universel et rapport financier annuel 2021": <https://invest.bnpparibas/document/document-denregistrement-universel-et-rapport-financier-annuel-2021#page=644>
- 103 Imazon, "Os frigoríficos vão ajudar a evitar o desmatamento da Amazônia", 2017: <https://imazon.org.br/publicacoes/os-frigorificos-vao-ajudar-o-desmatamento-da-amazonia/>
- 104 Forests & Finance, "Policy Scores": <https://forestsandfinance.org/bank-policies/>
- 105 BNP Paribas, "Corporate Social Responsibility – Agricultural Sector Policy," p. 16: https://cdn-group.bnpparibas.com/uploads/file/position_paper_soft_commodities_format_corporate_final.pdf
- 106 Repórter Brasil, "Falhas no controle de frigoríficos colocam em xeque promessas de combate ao desmatamento," 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/falhas-no-controle-de-frigorificos-colocam-em-xeque-promessas-de-combate-ao-desmatamento/>
- 107 Visipec, Sumário Executivo (2020): https://www.visipec.com/wp-content/uploads/2020/02/Sumario_Executivo.pdf#page=2
- 108 Repórter Brasil, "JBS lidera ranking de irregularidades na compra de gado ou carne no Pará, aponta MPF", 2021: <https://reporterbrasil.org.br/2021/10/%EF%BB%BFjbs-lidera-ranking-de-irregularidades-na-compra-de-gado-ou-carne-no-para-aponta-mpf/>
- 109 Unearthed, "Analysis: Do the meat industry's promises on deforestation add up?", 2022: <https://unearthed.greenpeace.org/2022/07/04/analysis-do-the-meat-industrys-promises-on-deforestation-add-up/>
- 110 Repórter Brasil, "Falhas nos controles dos frigoríficos colocam em xeque promessa de desmatamento zero", 2022: <https://amazonwatch.org/pt/news/2022/0222-complicity-in-destruction-iv>
- 111 O primeiro é a empresa de celulose e papel Suzano; o segundo é o programa de crédito rural do Brasil, que oferece crédito subsidiado ao setor – e tem um problema de transparência, já que os beneficiários não são divulgados.
- 112 Um bookrunner é o maior subscritor ou principal coordenador na emissão de novos instrumentos de ativos, dívida ou títulos. É a principal empresa de subscrição que administra ou é responsável pelos livros nas transações bancárias de investimento. Os bookrunners também podem se articular com outros para minimizar seus riscos.
- 113 Subscrição é o processo pelo qual uma instituição assume o risco financeiro, por um preço. O termo "subscritor" originou-se da prática em que cada uma dessas instituições escrevia seu nome sob o valor total do risco que estava disposta a aceitar por um pagamento específico.
- 114 Marfrig, "Release de Resultados 4T2021", 2022, <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/b8180300-b881-4e6c-b970-12ad72a86ec8/89c4550b-11cb-8918-9117-543c2b0a6759?origin=1>
- 115 Repórter Brasil, "Como a Morgan Stanley está ligada ao desmatamento na Amazônia", 2020, <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/como-a-morgan-stanley-esta-ligada-ao-desmatamento-na-amazonia/>
- 116 Reuters, "UPDATE 1-Rise of controversial transition bonds leads to call for industry standards", 2019: <https://www.reuters.com/article/idUSL5N25X3IC>

- 117 The Banker, "Marfrig shakes-up sustainable finance with beef bond", 2020: <https://www.thebanker.com/Sustainability/Marfrig-shakes-up-sustainable-finance-with-beef-bond>
- 118 Marfrig Global Foods, "Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2019": https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/valorri-uploads/bs/2019/1/s/Frg1SWS0Gn3wn1A5NvvA/19-08-marfrig-ap-54267-2x11-c.pdf
- 119 Marfrig Global Foods, Offering Memorandum: <https://drive.google.com/file/d/1XFoPshPZ9ubonPnqbhBiab8Aotb3B22a/view>
- 120 The World Bank, "Sustainable Finance Advisory": <https://treasury.worldbank.org/en/about/unit/treasury/client-services/sustainable-finance-advisory#2>
- 121 Marfrig, "Offering Memorandum", p. 34.
- 122 https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Prospectus-_2020-01-20-4.pdf
- 123 Marfrig, Offering Memorandum, p. iii.
- 124 Vigeo Eiris, "Second Party Opinion on the Sustainability of Marfrig Global Food's Sustainable Transition Bond", 2019: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/b8180300-b881-4e6c-b970-12ad72a86ec8/0d1c0824-d104-f8fa-fa4b-c94b239c90ff?origin=2>
- 125 Repórter Brasil, "Nova 'lista suja' do trabalho escravo inclui empregadores que receberam auxílio emergencial", 2022: <https://reporterbrasil.org.br/2022/04/nova-lista-suja-do-trabalho-escravo-inclui-empregadores-que-receberam-auxilio-emergencial/>
- 126 Repórter Brasil, "Como a Morgan Stanley está ligada ao desmatamento na Amazônia", 2020: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/como-a-morgan-stanley-esta-ligada-ao-desmatamento-na-amazonia/>
- 127 https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Prospectus-_2020-01-20-4.pdf
- 128 Repórter Brasil, "Como a Morgan Stanley está ligada ao desmatamento na Amazônia", 2020: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/como-a-morgan-stanley-esta-ligada-ao-desmatamento-na-amazonia/>
- 129 Repórter Brasil, "O 'boi pirata' criado em terra indígena e a conexão com os frigoríficos Marfrig, Frigol e Mercúrio", 2020: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/boi-pirata-criado-em-terra-indigena-e-a-conexao-com-frigorificos-marfrig-frigol-mercurio/>
- 130 Repórter Brasil, "Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio", 2020: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio/>
- 131 Bunge, "Bunge Limited Closes its First Sustainability-Linked Revolving Credit Facility", 2019: <https://investors.bunge.com/investors/news-and-events/press-releases/year/2019/12-16-2019>
- 132 Bunge, "Bunge Refinances its \$1.75 Billion Revolving Credit Facility Tied to Enhanced Sustainability Linked Targets", 2021: <https://investors.bunge.com/investors/news-and-events/press-releases/year/2021/12-16-2021>
- 133 BNP Paribas, "Document d'Enregistrement Universel et Rapport Financier Annuel 2021", p. 644: <https://invest.bnpparibas/document/document-denregistrement-universel-et-rapport-financier-annuel-2021#page=644>; BPCE, "Document d'Enregistrement Universel et Rapport Financier Annuel 2021", p. 120: https://groupebpce.com/content/download/29858/file/BPCE2021_URD_FR.pdf#page=121;
- 134 Crédit Agricole, "2021 Rapport Financier Annuel Document d'Enregistrement Universel - Porter une attention particulière à la gestion des risques climatiques au sein des financements et des investissements", p. 159 - <https://www.credit-agricole.com/pdfPreview/192553#page=153>
- 135 Crédit Agricole does have a policy on forests and palm oil, but it refers exclusively to activities in the palm oil industry.
- 136 Crédit Agricole Politique Sectorielle RSE - Forêts Et Huile De Palme: <https://www.ca-cib.fr/sites/default/files/2017-02/2015-12-politique-sectorielle-rse-forets-huile-palme.pdf>
- 137 G1, "Amazônia Legal teve a maior taxa de desmatamento para um primeiro semestre em sete anos", 2022: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/08/amazonia-legal-teve-a-maior-taxa-de-desmatamento-para-um-primeiro-semester-em-sete-anos.ghtml>
- 138 Folha de São Paulo, "Amazônia tem recorde de desmate em abril, com mais de 1.000 km2 derrubados", 2022: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/amazonia-tem-recorde-de-desmate-em-abril-com-mais-1000-km2-derrubados.shtml>
- 139 IPAM Amazônia, "Desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% sob governo Bolsonaro", 2022: <https://ipam.org.br/desmatamento-na-amazonia-cresceu-566-sob-governo-bolsonaro/>
- 140 CGF Forest Positive Coalition of Action's Soy Roadmap, 2022: <https://www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/CGF-FPC-Soy-Roadmap.pdf>
- 141 Repórter Brasil, "Soja-pirata' cultivada na Amazônia acelera desmatamento e tem participação de gigantes do agro", 2021: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/soja-pirata-cultivada-na-amazonia-acelera-desmatamento-e-tem-participacao-de-gigantes-do-agro/>; Unearthed, "Global food giants sourced soya linked to illegal Amazon deforestation", 2021: <https://unearthed.greenpeace.org/2021/05/19/food-giants-soya-amazon-deforestation-brazil/>

- 142 Greenpeace, "Under fire – How demand for meat and dairy is driving violence against communities in Brazil", 2019: https://www.greenpeace.org/static/planet4-international-stateless/2020/04/86b5fe06-greenpeace_underfire_artwork_pages.pdf
- 143 Harvest and Rainforest Foundation Norway, "The State of the Soy Industry", 2022, p. 13: https://static1.squarespace.com/static/5fe87beaf6fc307bb522d706/t/6238ad476c78ad75f764a71c/1647881545940/TheStateOfTheSoyIndustry_2022
- 144 Harvest and Rainforest Foundation Norway, "The State of the Soy Industry", 2022, p. 21.
- 145 Global Witness, "Global commodity traders are fuelling land conflicts in Brazil's Cerrado", 2021: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado/>
- 146 Bunge, "Bunge Refinances its \$1.75 Billion Revolving Credit Facility Tied to Enhanced Sustainability Linked Targets", 2021: <https://investors.bunge.com/investors/news-and-events/press-releases/year/2021/12-16-2021>
- 147 Chain Reaction Research, "The Chain: Bunge's Sustainability-Linked Loan Pegged to Transparency in Soy and Palm Activity", 2020: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-bunges-sustainability-linked-loan-pegged-to-transparency-in-soy-and-palm-activity/>
- 148 Bunge, "Advancing Sustainability Across Our Business and Culture – 2021 Global Sustainability Report", 2021: https://bunge.com/sites/default/files/2021_global_sustainability_report.pdf
- 149 Bunge, "Advancing Sustainability Across Our Business and Culture – 2021 Global Sustainability Report", 2021, p. 37: https://bunge.com/sites/default/files/2021_global_sustainability_report.pdf
- 150 Bunge, "Sustentabilidade: Parceria Sustentável": <https://www.bunge.com.br/parceriasustentavel.aspx>
- 151 Forbes, "Bunge dobra monitoramento do fornecedor indireto de soja contra desmate no Cerrado", 2022: <https://forbes.com.br/negocios/2022/05/bunge-dobra-monitoramento-do-fornecedor-indireto-de-soja-contradesmate-no-cerrado/>
- 152 Verfassungsblog on Constitutional Matters, "The French Loi de Vigilance: Prospects and Limitations of a Pioneer Mandatory Corporate Due Diligence", 2020: <https://verfassungsblog.de/the-french-loi-de-vigilance-prospects-and-limitations-of-a-pioneer-mandatory-corporate-due-diligence/>

MONITOR

#19

NOVEMBRO 2022

